

Pauta: Aplicação dos valores oriundos da Lei Paulo Gustavo em Porto Alegre

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h30min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação e Cultura. Com as presenças dos vereadores Gilson Padeiro, Jonas Reis, Giovane Byl e deste vereador, Mauro Pinheiro – o Ver. Giovani Culau já está voltando –, temos quórum pleno nesta comissão. Hoje, a nossa pauta é sobre a aplicação dos valores oriundos da Lei Paulo Gustavo em Porto Alegre, que terá um investimento de mais de R\$ 11 milhões. O Ver. Jonas Reis foi quem nos solicitou a pauta para a comissão, para que possamos entender como chegarão esses recursos na cidade de Porto Alegre e como as entidades poderão acessar. Então nós vamos convidar aqui para compor a Mesa: o secretário Clóvis, representando a secretaria da Cultura; a Dani Mazzilli, da secretaria da Cultura. O secretário Ventura disse que não poderia vir, chegou meio tarde o comunicado, já tinha outra agenda, mas está bem representado. Convido também, do Conselho Municipal de Cultura, a Rozane Dal Sasso; do Conselho Estadual de Cultura, a Consuelo; a Mariana Fagundes Martinez, do GT Articula Lei Paulo Gustavo. Mais alguma entidade gostaria de compor a Mesa? (Pausa.) Hoje, eu tenho uma reunião externa; infelizmente, vou ficar pouco aqui, mas o Ver. Jonas, que foi o proponente – junto com o Gilson Padeiro, que é o vice-presidente –, vai conduzir a reunião. Vou passar a palavra e a condução dos trabalhos ao Ver. Jonas Reis.

(O Ver. Jonas Reis assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Também está presente a Kelly Ramos, presidente das ligas. Convidamos para compor a Mesa as duas ligas – podem sentar à Mesa, por gentileza. Então este debate nos foi solicitado pelos ativistas da cultura da cidade de Porto Alegre, também pelos conselhos, principalmente o Conselho Municipal de Cultura, assim como pelo GT de articulação, que tem debatido, levado informação, construído consensos da necessidade de reativar setores que foram muito maltratados durante a pandemia. Essa lei, todos sabemos, é uma lei federal importantíssima, sem sombra de dúvidas, um dos

movimentos mais bonitos no sentido de garantir que o povo brasileiro seja atendido em todas as suas demandas, em todas as suas áreas de construção no direito à cidadania. A gente sabe que cidadania não é só chegar a um posto de saúde, ter um atendimento, uma consulta, sair com remédio ou levar o seu filho até uma escola, ter uma vaga, ter lá um professor esperando ou ligar para um departamento público e saber que vai ter uma pavimentação na sua rua, uma programação; mas cidadania também é acessar a cultura. A cultura faz parte da diversidade do povo brasileiro. Nós somos um povo miscigenado, então temos várias origens étnicas; portanto, também, de possibilidades de observar o mundo e relatar através das artes e das construções culturais de diversos bens que são fundamentais, que nos constituem como pessoas. Então, nesse sentido, cumprimento aqui também o secretário adjunto da Cultura, o Clóvis, pelo trabalho pela cultura da cidade, fazendo muitos movimentos – a gente precisa também agradecer; cumprimento os meus colegas aqui da bancada desta comissão, que é uma comissão importantíssima, Giovani Culau, Giovane Byl, que também são ativistas, Gilson Padeiro, que é uma pessoa também muito sensível – inclusive, já fez alguns movimentos com emenda impositiva para atividades culturais lá no Extremo-Sul. Cumprimento também as presidentes do Conselho Municipal e do Conselho Estadual, também a Mari Martinez por estarem aqui para trazer para nós informações e debates.

Aqui, esta comissão é plural; portanto, busca representar os anseios de Porto Alegre, para a gente entender o que é possível fazer com esses R\$ 11 milhões. Eu acredito que é um valor razoável, claro que não é o valor que a gente desejava, e a gente sabe que a potência de Porto Alegre é grande, mas nós temos visto aí uma caminhada muito difícil, muito difícil, porque as pessoas não reconhecem o setor cultural como um setor fomentador, realmente, inclusive da economia. As pessoas têm uma incompreensão difícil – sabe, Ver. Giovane? –, muito difícil; inclusive, a classe política olha secundariamente para a cultura. E eu tenho um depoimento para dar, muito particular: eu, através da música, transformei a minha vida; se não fosse a música, eu não teria feito licenciatura em música; se não fosse a participação nas artes, na dança, se não fosse

aprender a tocar um instrumento, hoje, com certeza, não seria professor, não estaria aqui como vereador. Eu acho que é por isso que a gente tem que entender que é fundamental que todos possam acessar a cultura na cidade. Eu acho que a lei precisa ser implementada aqui olhando para a democratização do acesso à cultura em Porto Alegre. Acho que esse recurso tem que chegar para todas e todos; por isso, é fundamental nós construirmos consensos. Então é nesse sentido que a gente está aqui fazendo este debate nesta tarde.

Vou passar a palavra à professora Rozane Dal Sasso, que já esteve nesta Casa e que conhece bastante os movimentos do Legislativo; neste momento, também está como servidora da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, também coordenando a comissão de educação e cultura – portanto, tem uma inserção já de longa data; esteve representando o Ministério da Cultura nos governos anteriores ao do Michel Temer; então também muito conhecedora desse setor importante; agora, preside o Conselho Municipal de Cultura. Depois, a gente segue os debates – vocês podem se inscrever comigo para a gente ir organizando. Obrigado, Rozane, pela presença.

SRA. ROZANE MARIA DAL SASSO: Boa tarde a todas e a todos, em especial à comunidade cultural aqui presente. Quero agradecer ao Ver. Jonas Reis e aos vereadores presentes, Ver. Gilson e Ver. Giovane, também ao Ver. Mauro, que esteve aqui na abertura por proporcionar esse espaço que acreditamos que é muito importante para colocar para a comunidade cultural, mais uma vez, o que está sendo realizado em nível de Porto Alegre em relação à Lei Paulo Gustavo. Quero cumprimentar aqui o Clóvis, nosso secretário adjunto de cultura, a Daniela Mazzilli, que é a coordenadora do audiovisual, e também a diretora do Capitólio; a Kelly Ramos, conselheira do nosso Município e também de uma das ligas do carnaval; o Cléber Tavares, também presidente da liga do carnaval; a Sra. Mariana Fagundes Martinez, que está representando hoje a comissão de educação e o GT articula lei Paulo Gustavo, e também vai estar coordenando o MINC daqui um pouquinho, já está de fato auxiliando nessas tarefas; e minha companheira de trabalho e de luta, nossa conselheira estadual Consuelo

Vallandro Barbo. Cumprimentando toda a Mesa, espero que todos se sintam cumprimentadas e cumprimentados. Eu quero dizer que esta lei é resultado de uma luta muito grande, uma luta de dois anos para ser aprovada, onde nós lutamos contra um governo que não apoiava a cultura e que foi extremamente contra, inclusive, a Lei Paulo Gustavo. Então essa lei saiu do Senado, foi o senador Paulo Rocha que a construiu, ela foi para a Câmara, ela voltou para o Senado, ela foi vetada, nós derrubamos o veto, ela tem um percurso histórico inacreditável, e apenas em dezembro do ano passado, após o STF intervir, nós conseguimos então que os recursos orçamentários permanecessem, que fosse possível nesse novo renascimento da cultura com o governo Lula, com a ministra Margareth Menezes, colocar em prática essa lei tão importante que vai trazer para o Rio Grande do Sul R\$ 194 milhões – eu acho que a Consuelo poderá dizer melhor –, mas pra Porto Alegre são R\$ 11 milhões. O Conselho Estadual de Cultura, desde o início, então é esteve... Essa luta foi uma luta intensa promovida pelo Comitê Paulo Gustavo RS, um comitê que tem hoje mais de 600 pessoas atuantes e que estão buscando implementar, subir o plano de ação das prefeituras municipais. Infelizmente no Rio Grande do Sul ainda não temos um quadro importante de cidades que fizeram o seu plano de ação. Nós temos até o dia 11 de julho para fazer isso, e todos e todas podem colaborar nesse sentido. Em Porto Alegre o que nós estamos fazendo desde o início é buscando o diálogo com a secretaria de cultura, então fizemos algumas reuniões com o secretário Henry Ventura, o secretário Clóvis, com a Daniela Mazzilli, a gente construiu várias questões juntos, a Daniela tem participado de todos os nossos eventos, todas as reuniões de conselho tirando as dúvidas, nós temos uma construção, então, coletiva. Porto Alegre felizmente também fez logo seu plano de ação, a Daniela vai apresentar aqui com bastante propriedade todos os dados e como é que está sendo pensada essa lei para Porto Alegre, a implantação, a implementação dela. Nós levamos algumas dúvidas para o secretário Henry na última reunião, nós também levamos essas dúvidas na reunião do conselho, ainda temos algumas dúvidas, e a diretiva, em reunião, gostaria de deixar alguns questionamentos ainda para serem respondidos ou encaminhados para a gente,

dizendo que é isso que é importante, é democraticamente nós, enquanto pessoas da sociedade civil, estarmos dialogando com o poder público para chegar ao melhor resultado possível. Já temos aqui uma experiência com a Lab1 que teve um trabalho bastante importante também na coordenação da Daniela, em Porto Alegre, e nós esperamos que a gente melhore cada vez mais, a nossa preocupação sempre é chegar a esse recurso, Ver. Jonas, a quem mais precisa, às comunidades que mais necessitam, às comunidades dos povos originários, às comunidades negras, quilombolas, comunidades no nômades, LGBTQIA+, enfim, todas as culturas periféricas, vamos dizer assim, da periferia, da cultura popular, porque são realmente os que foram sempre negligenciados nesse processo todo de construção de uma cultura nesse País. E as perguntas ou dúvidas que eu vou colocar aqui então são as seguintes, aproveitando esse espaço já inicial. Nós precisamos saber quem vai coordenar a Lei Paulo Gustavo nas áreas de multilinguagens; achamos importante, sabemos que a Daniela vai coordenar no audiovisual, mas entendemos que é fundamental que tenha um coordenador para as demais áreas. Como serão realizadas as oficinas? Sabemos que vão ser feitas oficinas para estimular a inscrição de projetos nas regiões do OP, de audiovisual e de multilinguagens, e de que forma então vão ser realizadas essas oficinas, e se está tendo um planejamento ou se está sendo pensado numa nova rodada de reuniões para a escuta dos segmentos para elaboração dos editais, dizendo que a Prefeitura de Porto Alegre já fez uma rodada em todos os segmentos e áreas, mas a comunidade cultural está solicitando nova rodada. E qual a definição, se já tem uma definição da PGM sobre o decreto de regulamentação municipal da Lei Paulo Gustavo, e nós nos colocamos à disposição para contribuir, como Conselho. A última pergunta é sobre os pareceristas, como serão contratados, se eles serão indicados pelos membros das comissões. Então essas dúvidas ainda permaneceram, a gente tem como conversar isso presencialmente, mas estamos aqui aproveitando esse espaço já, porque são questões que são trazidas para nós pela comunidade cultural. Seria isso então, professor Ver. Jonas Reis.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, professora Rosane, presidenta do Conselho Municipal de Cultura, que trouxe importantes informações aqui para nós, uma análise também sobre essa luta que foi motivadora de anseios coletivos e que gerou essa lei importante, e trouxe também dúvidas que eu acho que a secretaria também já pode, pormenorizadamente, dispor do tempo para esclarecer, pois também são dúvidas da sociedade como um todo por causa dos debates, inclusive do Conselho. Particularmente estava lembrando, Ver. Gilson Padeiro, que também é do Extremo-Sul, que há mais de 20 anos eu participava das oficinas da descentralização da cultura, secretário, então eu participei de oficinas de teatro, de capoeira, e também de fotografia, lá no Urubatã, onde fica a Escola Anísio Teixeira, e isso era feito na associação. Então eram momentos culturais que a gente tinha, e muitas vezes nós, da periferia, a gente só tem esses momentos ou na escola ou pelas secretarias de esporte e cultura, que a gente sabe que não conseguem chegar em todos esses espaços, então acho que essa lei também pode ajudar muito as nossas crianças e jovens que às vezes estão na calçada, infelizmente, por falta de atividades, falta de ter o Estado mais presente. Até porque eu acho que nós temos um desafio no Brasil, é só aqui que a gente tem essa escola que a criança vai um turno para a escola e o outro turno está na rua. A gente sabe que o trabalhador não tem dinheiro para pagar um curso para seu filho, para pagar uma participação extracurricular, então acho que a gente tem que rever isso, nós temos que ter ou uma educação de tempo integral, realmente, como pensava Darci Ribeiro, ou então a gente tem que pensar uma integração das secretarias para propor, falando aqui, da juventude, mas tem outros cidadãos que deveriam também estar acessando cultura e esporte. Mas enfim, quero passar a palavra aqui para o secretário Clóvis André. Seja sempre bem-vindo na nossa comissão.

SR. CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA: Boa tarde. Quero saudar aqui a proposição do Ver. Jonas Reis e importante relato: o estado da arte é latente e está presente em cada ser humano de alguma forma; não tem como se viver sem arte, sem cultura, e a gente pôde testemunhar isso na própria pandemia,

pois nunca se acessou tanto a leitura, audiovisual, se valorizou tanto, foi um alento para muitas pessoas se socorrerem e sobreviverem. Quero saudar o Ver. Giovane Byl, parceiro de caminhada, te agradecer aí pelo comprometimento, assim como o Jonas, fazedores de cultura. Então o compromisso da cultura no Legislativo, eu acredito, Ver. Gilson, que ele só aumenta, não tem como ser diferente; e o pouco para quem não tem nada, é muito. A gente fala às vezes em R\$ 2 mil, tem projetos aí de R\$ 50 e de R\$ 100 mil, e aí tem tanto artista precisando de uma oportunidade, de um mínimo de recurso, de fomento. Saúdo o Ver. Giovan Culau também, que é outro parceiro de caminhada, que bom que a gente tem vereadores nessa Comissão que a gente acaba se esbarrando pelos bairros da cidade, nesse comprometimento que tem que ser perene, permanente e universal, da garantia e do direito e acesso à arte e à cultura, que é uma coisa tão cara, porque nós vivemos, infelizmente, no estado brasileiro que sempre deu conta de uma orfandade pela falta, como disse o Ver. Jonas aqui, de comprometimento mesmo. Porque política pública de arte e cultura tem que ter recurso, qualquer política pública tem que ter recurso. Então a gente tem que sair da narrativa e partir para o gesto, que é muito mais bonito. Eu costumo dizer que eu já estou numa idade que eu não me encanto por grandes relatórios, o que funciona comigo é atitude. Saúdo a Mari, pela articulação do comitê Paulo Gustavo, importantíssimos esses movimentos; presidente Consuelo, também que nos representa muito bem no Conselho Estadual. Enfim, temos uma representação de comunidade, pela primeira vez, então, para ver que a gente tem tantos anos de Brasil, de Porto Alegre, de Rio Grande, e as coisas que são comuns começam a vir para vida agora.

Presidente, te agradecer, Rozane, pela parceria, já falei isso em outras oportunidades e sempre vou reconhecer a importância da liderança; Letícia também. Outros integrantes do Conselho, porque vocês mantêm o Conselho Municipal de Cultura vivo, como nunca dantes, com muitas reuniões, organização, proposições e isso é essencial para poder avançar na luta. Saúdo o presidente Cleber da UESPA, que também faz um importante trabalho; a presidente Kelly, da UECGAPA, dizer que o carnaval está vivo, que bom que o

carnaval está vivo, e não apenas como evento. É tão bom falar do carnaval enquanto produção artística e cultural que valoriza e que inclui o ano inteiro. Eu estendo essa saudação a todos aqueles, Odir, todos aqueles que estão nesta plenária, o presidente da escola de samba que têm atuado de uma forma muito positiva e estão aqui em grande número. A democracia se fortalece dessa forma; eu digo que a gente tem que estar nas redes sociais, sim, a gente caminha para uma era digital, mas a presença física nos espaços, a indignação construtiva, o posicionamento é elementar.

Então, para terminar a minha fala, dizer que esse ato aqui é essencial, porque nunca é demais debater. A gente valoriza, radicaliza na democracia, se encontra, se reencontra, para que a gente possa ter celeridade e num curto tempo, fazer a implementação, a implantação dessa lei. É uma experiência nova, mas aqui muitos de nós já participou também do momento da Aldir Blanc. Então muitas referências a gente já tem, muito acúmulo também, e que a gente possa num curto prazo não apenas nas multilinguagens, Porto Alegre já fez essa caminhada aqui fazendo oitiva, esse dever de casa que é essencial, e para ter, no mínimo, um desenho de diretrizes referenciais a gente precisa avançar muito mais, como foi aqui colocado pela presidente. Nós da secretaria estamos à disposição, porque para nós não tem sábado ou domingo, todo dia é dia de luta. E a gente precisa estar juntos para construir todos os consensos necessários para que esse dinheiro chegue a cada artista, a cada coletivo, a cada grupo, a cada fazedor de cultura, a cada gestor. Enfim, isso é fundamental, eu não tenho dúvida que a gente vive um novo momento, e que esse momento seja de garantia e de acesso à cultura. Quero parabenizar também aqui os representantes dos outros vereadores que são fundamentais; nós precisamos que os vereadores estejam juntos nessa discussão toda para que a gente tenha um mapeamento, de fato, vereadores, Jonas, Byl, Geovani Culau, Gilson Padeiro, nós temos uma grande dificuldade, isso não é só em Porto Alegre, de fazer com que se entendam sujeitos de direito, muitos dos artistas, grande parcela deles não têm currículo; têm talento, têm expressão. Então a gente precisa socorrer, precisa ser parceiro, e a gente vem aqui não é só o braço da Prefeitura, a Secretaria da Cultura; e eu

tenho orgulho de estar aqui junto com a Dani Mazzilli que coordenou a Aldir Blanc, está coordenando brilhantemente pelo seu envolvimento, pela sua sagacidade a Paulo Gustavo que já é uma referência e tem sido solicitada por muitas capitais, mas ela está de ponta a ponta. Então nós precisamos enxergar o outro lado. A questão burocrática, como a presidente Rozane falou, a gente tem que vencer; Consuelo, mas também tem aquelas pessoas que desconhecem; nós estamos falando muito da lei, mas tem muita gente que desconhece porque, infelizmente, as *fake news* tomam conta, e aquilo que é necessário, tu falas no edital, tu falas em importância de recurso, e as pessoas não sabem. Então quero encerrar aqui dizendo que a gente está aberto, sim, a essas tuas considerações. Nós entendemos que tem que ter representante, a Dani já é a coordenadora-geral da etapa de multilinguagens, das salas de cinema e do audiovisual propriamente dito. Mas também não impede que a gente possa ter um ponto focal, os avaliadores também têm que ser muito criteriosos para ter justeza, para não chegar no eu gosto do azul, ou eu gosto do vermelho; tem que ter imparcialidade, e tudo isso contribui. As oitavas foram apenas no primeiro momento, e agora a gente precisa ganhar tempo e não se perder naquilo que foi negativo na Aldir Blanc, que a gente fazia reunião a manhã inteira, a tarde inteira, e acabava desgastando. Então acho que a gente tem que definir, serão três reuniões, cinco reuniões, a comissão poder publicar tudo de uma forma conjunta, tendo em vista que são 18 áreas. A gente procurou dar conta, se tiver alguma área que ficou de fora nós acreditamos que tem que vir para vida de que forma vai ser contemplada. E a gente precisa entender também que não se esgota a participação popular efetiva apenas no eixo das multilinguagens, como se faz essa discussão nessa sala de cinema, da questão da formação, da aquisição de materiais também e do audiovisual propriamente dito, porque nós temos muita história para contar, nós temos 94 bairros, 17 regiões do Orçamento Participativo, nós temos muita arte, muita cultura, somos uma capital com uma efervescência fantástica, está tendo eventos, está tendo produção cultural. Mas esse recurso precisa chegar até para poder garantir a cena artística.

Então, vida longa, parabéns à comissão, que a gente possa ter tantos outros momentos. Eu termino a minha fala dizendo que debater, olhar no olho nunca é demais. Isso é saudável, é saúde civil da nossa democracia. Obrigado.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, secretário. A Sra. Daniela Mazzilli está com a palavra.

SRA. DANIELA MAZZILLI: Bom, primeiramente obrigada a todas e todos. A gente considera, dentro da secretaria... todas as implantações dessas leis federais são centrais. Eu acho que a caminhada que a gente teve com a Lei Aldir Blanc foi fundamental para gente inaugurar uma nova era da cena cultural, onde as decisões são tomadas de forma horizontal com a sociedade civil. Eu acho que a gente nunca esteve tão próximo da sociedade civil, do ponto de vista da criação, da construção e das políticas públicas, e quando a gente fala recurso a gente fala em política pública. Então política pública desde o atendimento, a gente não pode esquecer daqueles fazedores de cultura que já têm a sua história. Primeiramente é bom esclarecer, fazedor de cultura em Porto Alegre é micro, pequeno empresário ou artista individual. Nós não temos propriamente grandes empresas de cultura, então a gente tem que entender que o nosso cenário tem que atender o micro, o médio e o pequeno, porque sem o médio e o micro a gente também não atende o artista sozinho. Então a gente tem que conseguir – a gente está falando de uma lei específica que é a Paulo Gustavo – , conseguir dar conta desse universo porque é uma cadeia é um ecossistema, como que esse ecossistema sobrevive e revive, porque a gente está falando aí de uma lei emergencial que ela vem pra recomposição da cadeia econômica da cultura, para que a gente possa, na verdade, iniciar essa caminhada que é no mínimo, durante cinco anos, e é durante no mínimo cinco anos, e a gente sabe que não vai ser cinco; eu espero que seja para sempre, que a gente vai estar caminhando de forma conjunta com recursos do governo federal descentralizados, com o governo do Estado descentralizado e o Município sendo a ponta onde vai estar, anualmente, construindo essa política pública. Então a

participação do Conselho Municipal de Cultura, da própria Câmara e dos agentes é fundamental, não é uma discussão que tem que ser feita de dois, de três, de quatro ou a portas fechadas de um gabinete, é uma construção conjunta. Eu acho que é muito legal quando a gente tem a possibilidade, e eu me sinto muito afortuna por mais que eu seja do segmento audiovisual, de poder participar de cada uma das reuniões de todas as áreas, porque, eu ouvindo cada uma das áreas de cada uma das regiões, a gente entende a dificuldade de cada um. Cada área tem as suas questões, tem os seus agentes, tem as suas dificuldades, tem as questões macros e micros, então, é uma lei que não tem como ser feita de uma forma geral, a gente não pode só pegar o dinheiro e dizer que isto daqui é para audiovisual, este aqui é para multilinguagem, toca aí um edital, seria muito fácil, mas não, tem também todos os processos burocráticos. Então é uma lei que tanto é um desafio para sociedade civil que trabalhou durante, no mínimo, dois anos para que esta lei existisse e esta lei não existiria sem o movimento da sociedade civil como também um grande desafio para o Município. Então é muito importante principalmente, vereadores, que vocês entendam que a burocracia que vale para uma licitação de 5 milhões é a mesma burocracia que vale para gente contratar um parecerista de três. Essa burocracia é muito difícil com a velocidade que as leis exigem as suas execuções, então do lado de cá, e o secretário Clóvis está de prova, a gente está tentando, de todas as formas, buscar executar, dentro do prazo que nos é imposto que é dezembro deste ano, os lançamentos dos editais atendendo exatamente o que a sociedade civil está procurando, procurar atender as expectativas da lei de uma maneira geral, que a lei já tem uma instrução normativa que traz questões muito importantes, tentar fortalecer os fazedores de cultura com oficinas. Então, realmente, é uma organização e é uma organização que é muito piloto, porque é o primeiro ano; a Paulo Gustavo é só este ano, mas a lei Aldir Blanc são cinco anos. Então tem que existir um pensar desta estrutura da própria Secretaria Municipal de Cultura que está ancorada no início dos anos 2000, final dos anos 1990, se essa estrutura dá conta dos dias de hoje, porque é isso, nós temos, inclusive, muitas áreas que a gente não tem coordenações específicas. E falo isso porque, por

exemplo, aos povos originários a gente não tem um atendimento específico e a gente demanda um atendimento muito especializado que a gente está se apoiando na Secretaria da Saúde e da FASC. E é muito lindo ver como as pessoas estão se reconhecendo fazedores de cultura e da cultura viva. Na última semana eu fiz uma reunião com os pescadores artesanais de Porto Alegre, eles estão se vendo como fazedores de cultura e são, e a gente, enquanto Secretaria, tem que dar conta desse atendimento que é a primeira vez ou segunda vez que eles estão recebendo recurso público para manutenção da sua cultura. A gente teve uma aproximação na lei Aldir Blanc que, inclusive, foi a primeira vez que eles receberam recurso e agora eles estão buscando uma perspectiva dentro da lei Paulo Gustavo. Então eu acho que é enxergar o cenário cultural para muito além daquilo que está posto de uma estrutura da Secretaria pensada lá nos anos 1990. Somos muito mais, afinal, por exemplo, no próprio Giba Giba a gente atendeu mais de 4.500 profissionais da cultura. Eu acho que é um momento muito importante não só para gente discutir como se aplica os recursos, mas como nós estamos estruturados enquanto cultura para atender essa grande demanda e ainda bem que é uma grande demanda e que Porto Alegre está pulsando.

Agora vamos falar dos práticos, de como a Secretaria Municipal de Cultura vem pensando a sua estruturação, inclusive com a participação da sociedade civil. Da mesma forma que foi feito com a lei Aldir Blanc, vai ser feito um decreto, ele já está, na verdade, no gabinete do prefeito, há vistas de publicação nos próximos dias. Porto Alegre encaminhou, ainda no final de maio, plano de ação para o Ministério da Cultura, já temos o plano aprovado, já temos termo assinado e a perspectiva de receber o recurso já no final desta semana. Então, cada dia é um dia para lei Paulo Gustavo, cada dia conta, porque a gente tem que dar conta de uma série de questões administrativas que são bastante complexas numa estrutura muito enxuta, a gente sempre conversa com o Conselho, a Secretaria Municipal de Cultura perdeu bastante servidores no decorrer dos anos, então, para a gente dar conta de toda demanda desta cultura que só cresce, a gente também faz grandes forças tarefas para atender a todos. Este

decreto, na nossa expectativa, deve ser publicado nos próximos dias, porque, a partir dele, a gente vai inaugurar dois comitês, sendo um setorial do audiovisual para discutir exclusivamente as políticas do recurso. Inclusive é importante salientar que o recurso, para quem não sabe, vem carimbado, inclusive em duas contas diferentes, uma conta exclusiva do setor audiovisual e uma exclusiva do artigo 8º que é a multilinguagem, os dinheiros não se misturam, cada coisa é uma coisa. Existe, então, um comitê que também contará com a participação do Conselho Municipal de Cultura, com as entidades do setor audiovisual e de games que a ideia é construir as linhas de aplicação do recurso. Da mesma forma vai ser criado um comitê gestor artístico com todos os segmentos culturais, a gente mapeou, a gente construiu, são 18 que vão ter um titular e um suplente dentro desse comitê e é dentro desse comitê que vai se discutir as linhas dos editais. O que a gente fez antecipadamente? A gente fez reuniões com as áreas para explicar a lei Paulo Gustavo e como o Município está pensando, por quê? Quanto mais os fazedores de cultura e as pessoas da ponta sabem como funciona a lei e a partir dali discutem com os seus, melhor vai ser para a proposição de linhas. Então, se todo mundo está sabendo da lei, está discutindo, está criando grupos de debate – agradeço muito ao, que é um grupo de WhatsApp, o comitê RS –, muitas questões surgem ali, é muito bom muitas vezes ouvir ideias, questões que vêm surgindo. O Clóvis mesmo falou sobre a questão de aquisição de bens, eu vi que foi uma discussão ali no grupo, já despachei com quem tem que despachar que é o setor de fundos para ver como é que funciona dentro do Município, o que é custeio, o que é capital, por quê? A gente tem que ouvir a sociedade civil, mas a gente tem que ouvir os nossos jurídicos porque a gente não pode incorrer de algum processo que inviabilize, que gere apontamentos para o secretário, para a Secretaria, que coloque o próprio Município, sei lá, no Cadin e a gente não possa mais receber recurso, não é nem o que o setor cultural quer nem o que a Secretaria quer, a gente está jogando o mesmo jogo. Então entender que cada um está fazendo o seu papel, a Secretaria buscando de que forma pode desburocratizar o recurso, de que forma que pode aplicar o melhor recurso, de que forma este recurso chega na

ponta e a sociedade civil trazendo as suas questões, a gente constrói um jogo onde todo mundo tende a ganhar mais. Erros sempre acontecem, a gente está aprendendo de forma coletiva, a lei Aldir Blanc foi muito legal, mas a gente aprendeu algumas questões, a Paulo Gustavo vai nos trazer outras, muito difícil atingir a perfeição, aqui a gente tem que ser bastante realista.

Sobre as questões que a Rozane traz: a gente pretende fazer 17 oficinas em cada uma das microrregiões de Porto Alegre; gente pretende ter a contratação de parecerista para cada uma das áreas pagas, porque a gente entende que parecerista é fomento; a gente pretende ter uma caravana de inscrições dos projetos em cada uma das 17 regiões; a gente está pensando em contratar uma assessoria específica para as comunidades indígenas, porque é muito importante salientar que existe uma questão de cotas que a lei Paulo Gustavo traz, e é por isso que eu digo que é uma nova era, ela traz cotas específicas, as pessoas indígenas têm 10% das vagas, pessoas negras têm 20%. A gente está aguardando na expectativa das próximas semanas sair uma instrução normativa do Ministério de como que essas cotas devem ser aplicadas, aí para os editais, mas, de acordo com o que a gente viveu na lei Aldir Blanc, pensando no atendimento específico das comunidades indígenas, a gente sabe que tem um atendimento muito personalizado em cada uma das comunidades. A gente está desenhando esse modelo, tudo é uma modelagem para esses atendimentos e buscando agilidade. A Secretaria Municipal da Cultura, tendo em vista também que a gente pode aplicar um pequeno percentual do recurso para o administrativo, a secretaria está se estruturando para lançar um edital para uma OSC fazer esse trabalho de contratação dos pareceristas, realizações das oficinas, porque administrativamente a gente não consegue dar conta, mas é o modelo que a gente tem, que a gente consegue atender com a agilidade que a lei exige, e a gente trabalhar com as perspectivas dos próximos meses, agosto e setembro, o lançamento dos editais para os grupos coletivos, fazedores de cultura. Então a Secretaria tem recebido uma série de ligações, o pessoal perguntando onde está o edital, como acham o edital. Calma, gente, calma, a gente não recebeu nem o recurso ainda. Sobre a realização de outras reuniões

com a sociedade civil, essa é uma questão que a gente já vem conversando, embora tenha esse comitê em que a gente vá ter a representação de cada uma das áreas, de a gente poder possivelmente fazer mais uma assembleia aberta, pública, com todos, híbrida, porque esse tipo de atividade, por mais que a gente não defina linhas nela, a gente escuta e pode gerar algumas questões que abasteçam quem faça parte do comitê. Por isso eu digo que é muito importante a gente se escutar, não só escutar a sua área, mas muitas vezes escutar a outra. Então, como eu tenho participado, eu sou do segmento do audiovisual, coordenadora de cinema, eu participei praticamente de todas as reuniões, eu vou levar como sugestão, para o comitê do setor audiovisual, já algumas questões que eu ouvi nas outras áreas. Porque a cultura está muito interligada, então a possibilidade de um escutar o outro é muito importante porque a gente vai, muitas vezes, não só somando as nossas dificuldades, mas muitas vezes tendo ideias, pensando em projetos de forma conjunta. Então essa caminhada é para ser muito rápida, é importante todo mundo saber que cada dia conta para a lei Paulo Gustavo. Então o mês de julho é muito importante para a construção com a sociedade civil. Esse comitê, a gente pretende que ele esteja o quanto antes criado, publicado por portaria, porque a gente precisa iniciar as reuniões de decisão para a gente ter tempo hábil para o lançamento dos editais, até mesmo porque a gente não pode apertar o prazo da pessoa que está escrevendo o edital, a gente tem que trabalhar com prazos justíssimos para conseguir chegar no resultado esperado, não só pela gente, mas pela sociedade civil. Então basicamente é isso, eu não sei se eu respondi tudo. Obrigada.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): A Sra. Mariana está com a palavra.

SRA. MARIANA FAGUNDES MARTINEZ: Sou Mari Martinez, represento aqui a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, sabendo a importância, como trouxe o secretário Clóvis, de a gente seguir nesse diálogo permanente sobre esses grandes recursos que temos na Lei Paulo Gustavo, então inauguramos o nosso GT Articula Lei Paulo Gustavo, o qual eu represento

neste momento. Quero saudar os vereadores, o Ver. Jonas sempre parceiro da cultura. É um momento muito importante realmente, é um novo tempo, um novo paradigma para esse setor cultural que vem recebendo agora o maior aporte de recursos da história, através do governo federal, que não vai se esgotar na Lei Paulo Gustavo, virá com a Lei Aldir Blanc 2, e, com certeza, conforme tivemos o prazer e a honra de ter a visita da nossa ministra Margareth Menezes, a primeira visita da ministra ao Estado do Rio Grande do Sul, após o retorno do Ministério da Cultura, virão outros grandes editais importantes, como a Ancine, fomento direto do setor audiovisual, o novo marco do fomento através da Lei Rouanet. Então são momentos importantíssimos para o setor cultural, e agora com a volta do Ministério da Cultura, porque executamos a Lei Aldir Blanc muito pela vontade e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras da Cultura, sem um ministério e sem uma figura atuante, representando o governo federal. Então também queria saudar, através das entidades, os trabalhadores e as trabalhadoras da Cultura, nossos parceiros, os artistas na rua pela democracia, Hamilton e Letícia, e dizer dessa importância que tem os fazedores e fazedoras de cultura. A gente tem feito uma gira permanente em diversos municípios do Estado sobre a Lei Paulo Gustavo e começo também dizendo da importância dessa participação popular do setor cultural, porque sem ele não teríamos nem a Lei Aldir Blanc nem a Paulo Gustavo, porque foram as reivindicações do setor e a sua participação na política que tiveram escuta na Câmara, nos nossos representantes, assim como os vereadores aqui também estão escutando a sociedade, que deram origem a essas leis. Porto Alegre já está apresentando um trabalho avançado, já realizou oitivas, tem o seu plano de ação aprovado, são mais de R\$ 11 milhões, logo a gente vai na plataforma transferegov.br, baixa o plano de Porto Alegre, já comecei a enviar para outros municípios, como exemplo, porque temos até dia 11 de julho. A gente está aqui em vários grupos aqui, em força-tarefa, para que os municípios enviem o seu plano de ação para plataforma transferegov.br. Claro que a gente está aqui falando de Porto Alegre que já tem essa etapa cumprida, mas é muito importante a gente levar essa informação, mobilizar os fazedores e fazedoras de cultura para os municípios

que ainda não enviaram, procurar as Câmaras de Vereadores, procurar os seus gestores porque isso vai ser uma questão muito importante. São R\$ 195 milhões para o Estado do Rio Grande do Sul, R\$ 90 milhões vão ficar pela gerência do governo do Estado porque, agora com a vinda da ministra, o Estado enviou o seu plano de ação, já foi autorizado. Então R\$ 90 milhões do Estado vão estar também disponíveis para nós, fazedores e fazedoras de cultura do Município, de todo o Estado para apresentarmos projetos. Então é muito importante também acompanhar os recursos do Estado. Os outros R\$ 104 milhões nos municípios gaúchos, claro, não perderemos esses recursos, porque caso os municípios não apresentem, esses recursos farão um giro e serão reinvestidos nos municípios que enviaram seus planos de ação. Mas como a questão da descentralização dá o tom desse novo momento da cultura, desse repasse fundo a fundo, sabemos que não é obrigatório ter um fundo, mas usamos essa terminologia, a descentralização é muito importante. Então a gente está em força-tarefa permanente até 11 de julho para garantir que mais municípios do Rio Grande do Sul enviem seu plano de ação. Antes de chegar aqui na reunião, eu dei o clique ali, o Ministério da Cultura lançou uma ferramenta muito interessante que é o painel de dados, no *site* do Ministério da Cultura, onde tem uma série de dados de forma transparente e a gente pode acompanhar a situação de todos os municípios do Rio Grande do Sul, planos de ação enviados, em análise, em complementação, e através dessa ferramenta que a gente vem acompanhando e ativando os nossos contatos. Então 65 dos municípios gaúchos ainda precisam enviar o seu plano de ação até 11 de julho. Agora a gente está combinando uma ação conjunta com a Famurs, uma ação através do GT Articula Lei Aldir Blanc, porque essa fase do plano de ação é uma fase relativamente burocrática, claro, e sabemos dos desafios dos gestores, mas ela é a mais simples, talvez, de todo processo, porque, com certeza, virão agora os outros desafios, que são os editais, que são as escutas, a parte burocrática dos gestores. Eu acho que também fica aqui uma lição importante, de tantas que a gente tira nesse processo, que é o fortalecimento das estruturas das nossas secretarias, porque vamos viver momentos de recursos históricos que nunca operamos. Então nesse

processo, a gente vai entendendo que um processo de sucateamento da nossa estrutura da máquina pública vai afetar nessa boa gestão dos recursos. Então acho que também fica essa questão importante do fortalecimento dessa nossa estrutura. A Lei Paulo Gustavo vem com questões importantes que eu acho que a Consuelo também vai trazer, que são avanços de coisas muito caras para nós que lutamos na Lei Aldir Blanc. Então acho que a gente aprendeu com esse processo e a Lei Paulo Gustavo já trouxe na legislação, que é a questão da participação, Porto Alegre também se antecipou, fez as oitivas, mas agora nesse momento, entre o plano de ação aprovado e o lançamento dos editais, esse processo de escuta é muito importante, porque como a lei traz essas questões muito abertas, ela traz carimbado, como trouxe a Daniela, essas questões dos recursos. Em Porto Alegre, são cerca de R\$ 6 milhões para produção audiovisual, R\$ 1,3 milhão para reforma e readequação de salas de cinema, R\$ 189 mil, um pouco mais, para formação em qualificação, R\$ 3,2 milhões para as outras áreas, para as multilinguagens. São os editais que vão trazer os detalhes e os objetos em que nós, trabalhadores da cultura, vamos poder acessar se vão ser curtas, se vão ser médias metragens, como vai ser feito nas multilinguagens, se serão prêmios, se serão pequenos valores para mais projetos, porque, na multilinguagem, a gente tem um grande desafio, que é colocar toda essa potência e diversidade do setor cultural. Quando a gente fala em setor cultural, é esse olhar ampliado, como bem trouxe a Daniela, com esses recursos, mas também logo virá a Lei Aldir Blanc. Então a participação, acho importante, como vocês anunciaram, como trouxe a Rosane, essa questão de seguir ainda um pouco mais nessa questão da escuta. Tem pessoas, embora gente fale, fale, fale, a informação é difícil de chegar a todos, todas e todos. A questão das ações afirmativas, queria lembrar que foi em Porto Alegre, através das discussões no nosso GT Articula a Lei Aldir Blanc, que o movimento negro, também na figura da nossa Malu Viana, sempre presente, fez o lançamento da campanha nacional pelas ações afirmativas e cotas na Lei Aldir Blanc. Foi desse movimento, que se alargou por todo o Brasil, que agora a Lei Paulo Gustavo traz ações afirmativas, cotas na lei. A questão da busca ativa, a questão da acessibilidade e uma

questão também que eu venho falando no interior, que a Daniela trouxe, que é esse olhar que acho generoso e de forma transversal da relação das multilinguagens com o audiovisual. Nós temos um polo muito importante do audiovisual no Rio Grande do Sul, Porto Alegre também é um polo do audiovisual no Rio Grande do Sul, mas os fazedores e fazedoras de cultura, seus projetos, sua história, serão objeto, digamos, dessas produções audiovisuais que serão lançadas. E a lei traz uma questão muito importante: nos longas, séries e telefilmes, na regulamentação, é obrigatório ser um tipo específico de empresa ligada ao audiovisual, as produtoras independentes. No entanto, para curtas, documentários curtas, documentários médias e videoclipes poderá ser, por exemplo, a associação dos blocos de carnaval de rua apresentar um projeto de audiovisual. Claro que esse projeto terá que ter uma equipe da área do audiovisual, mas, se vocês quiserem contar a história do carnaval de rua de Porto Alegre através de um documentário curta-metragem, vocês poderão ser proponentes dessa ideia. Então, audiovisualizar um pouco das outras multilinguagens e ter esse *match*, digamos assim, com essa cadeia produtiva do audiovisual. Acho que isso vai ser um processo muito interessante.

Quero dizer também, na defesa aqui na Câmara – a gente, infelizmente, às vezes, ainda tem que defender a importância do setor cultural como o nosso projeto estratégico de desenvolvimento –, que, no Rio Grande do Sul, a cultura, o setor criativo representa 4,1% do PIB, ele gera mais de 410 mil empregos no nosso Estado, e isso ultrapassa a indústria automobilística, isso ultrapassa a indústria farmacêutica, a indústria calçadista, se aproximando quase da construção civil. Quando a gente pensa, às vezes, que, no Rio Grande do Sul, o governo concede mais de R\$ 20 bilhões em renúncias fiscais para outros setores econômicos, então a gente vê a potência que tem o setor cultural nessa geração de emprego e renda, e essa necessidade permanente de fomento que teremos, que não se esgota na Lei Paulo Gustavo, que não se esgota na Lei Aldir Blanc. Então todo esse olhar estratégico para o setor cultural vai ser muito importante, porque, realmente, vivemos esse novo tempo. Queria agradecer, a gente segue aqui nos grupos de Whats, aquele grupo comitê RS é...

SR. CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA: (Início da fala fora do microfone.) ...que faltam encaminhar o plano para o MINC são 65 municípios, ou 65 % que não encaminharam?

SRA. MARIANA FAGUNDES MARTINEZ: São 65%, já digo aqui, eu até tirei o *print*. Não cadastrados, faltam 327 municípios até 11 de julho. A gente está nesse diálogo permanente. Sabemos que tinha outros projetos na linha de frente dos municípios, mas agora a nossa ideia é fazer tira-dúvidas específicas com a Famurs, enviar cartas individuais para cada gestor, fazer essa frente de força-tarefa até o dia 11 de julho, quando iniciaremos este outro processo, que é a questão da escuta, dos editais. Agradeço, parablenizo a Câmara, o Ver. Jonas, pela oportunidade. Com certeza, teremos muito mais encontros, este ano ainda é de conferência, então a gente vai seguir esse processo democrático. Mas, muito importante, eu acho que a gente vai finalizar o ano em outro patamar para o setor cultural. Muito obrigada.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado à Sra. Mari Martinez, representando o grupo de trabalho, essa luta coletiva do Rio Grande do Sul. E traz um dado muito preocupante, o secretário até não acreditou, eu também não acreditei que fosse 65 % de imobilidade. Na verdade, isso tem um misto de desconhecimento, mas também tem um pouco de as pessoas não acreditarem nessa potência, muitos municípios, muitas gestões. Eu acho que talvez seja importante um trabalho de conscientização dos parlamentares que têm uma inserção estadual, regional. A gente sabe que os deputados têm muito isso, regionalizados, ex-prefeitos, ex-secretários. Eu faço um apelo a vocês, que têm contatos com atores da política regional do Rio Grande do Sul, que avisem, porque, provavelmente, tem gestores que não estão sabendo. Às vezes, as pastas são educação e cultura juntas, podem fazer trabalhos, ações coletivas, inclusive, dentro das escolas. Se determinado município for muito pequeno, não tem um museu, não tem uma casa cultural, não tem um centro, mas... Enfim, é muito preocupante isso. Nós vamos tentar ajudar a comunicar, conversar com as pessoas pelas

redes sociais, porque, sem sombra de dúvida, quanto mais a gente conseguir regionalizar esse recurso, mais a gente potencializa essa riqueza do Rio Grande do Sul, que tem diferentes etnias, diferentes histórias e muita coisa para mostrar e documentar. Acho que essa questão do audiovisual é fundamental. Acho que nós temos também uma dificuldade enorme de documentar as histórias da cultura do Rio Grande do Sul, a gente tem dificuldade de encontrar, por exemplo, a cultura indígena, que foi dizimada, ocupação por essa voraz agricultura, às vezes, irresponsável, porque nós temos a responsável e temos a irresponsável, e a gente conhece pouco dos nossos antepassados. Acho que a gente precisa também ajudar esses municípios. Porto Alegre tem um exemplo bom para mostrar.

Eu quero passar a palavra para a Sra. Consuelo, que nos abrilhanta nesta tarde com a sua presença.

SRA. CONSUELO VALLANDRO BARBO: Boa tarde, agradeço o convite, eu me sinto mais convidada aqui, apesar de o GT Articula, basicamente nós três, são sempre as mesmas criaturas que estão em tudo, por isso que ele deu risada. Mas é isso, infelizmente. Agradeço a presença dos colegas que se agilizaram e vieram aqui, a gente sabe o esforço que é vir da Restinga até aqui, agradeço a presença do Jonas e o chamado do Jonas e de todos os vereadores que fazem parte da comissão. Eu acho que este momento é o momento de a gente dar uma olhada para a cultura nesse viés que a Mari trouxe, que é isto assim: me parece que a gente tem um complexo de vira-lata dentro da estrutura municipal. A gente tem, normalmente, uma infraestrutura menor e vilipendiada pelos gestores, do tipo assim: “Ah, deixa ali meia dúzia de criaturas”. E a meia dúzia... coitadas, a Daniela que diga, se viram em 30 para fazer as coisas acontecerem. Aí eu acho que a primeira coisa que a gente tem que fazer é olhar para nós de uma outra forma. Eu vou pegar esse ensejo antes de falar especificamente da Lei Paulo Gustavo, porque eu estou fazendo uma parceria muito legal com um cara genial que faz estudos sobre economia, pega dados, ele me deu dados de Porto Alegre, e eu acho que é fantástico, vou falar rapidamente algumas coisas, depois a gente

pode marcar uma reunião no conselho para ele apresentar. Em Porto Alegre existem 7.362 MEIs criativas, sendo que 933 são de artes visuais, 779 de editoração, 608 que trabalham com expressões culturais, principalmente artesanato, 555 de música e 549 de expressões culturais como instrutor de arte e cultura em geral independente. Então vejam só, isso falando de MEI, gente. Acho que está na hora de a gente resgatar também aquele registro, toda a lista de inscritos que a gente teve no Giba Giba, porque também teremos ali outros que sequer têm MEI, mas que são trabalhadores e trabalhadoras da cultura e também devem ser considerados nesse universo, e a gente nem pegou aqui ME, como tu citaste, nem as grandes, porque depois eu fiquei pensando: Porto Alegre não tem grande? Tem, Porto Alegre tem a Opus, tem a Opinião, claro que esses não vão participar – assim espero! –, mas tem. Aí tem alguns dados muito interessantes que eles fazem aqui, esse pessoal é da Feevale, que tem um grupo de estudos sobre essa economia da cultura. Só considerando as pessoas com carteira assinada que trabalham diretamente com cultura, a gente gera em impostos R\$ 1,82 bilhões em Porto Alegre – R\$ 1,82 bilhões só de impostos! Cadê o nosso dinheiro, e cadê o nosso dinheiro, como disseram? Só os de carteira assinada! Aí a pesquisa vai mais adiante e coloca aqui os impostos dos MEIs e CNPJs da cultura: R\$ 236.000.013,00. Vocês acham que na cultura o pessoal é vagabundo, que não trabalha, que não contribui? Eu acho que a gente tem que mostrar que isso aqui... Quem investe em cultura, o gestor que investe em cultura está investindo na cadeia produtiva, na cadeia econômica da cidade, e nós temos que nos enxergar assim e não ter vergonha, porque eu sei que o artista às vezes tem vergonha de se ver como alguém que faz dinheiro, que gera dinheiro para os outros com arte. Que bom que a gente faça isso, que bom! Porque é sinal que a gente consegue viver disso, estamos tentando fazer isso. Eu acho que esta é uma fala inicial que é importante que a gente traga para situar essa discussão. Dentro dessa cadeia produtiva, nós temos a parte mais fragilizada, que é justamente essa ponta, como a gente chama, que são as pessoas da informalidade, as pessoas que trabalham às vezes vendendo nas ruas, que trabalham na rua, na própria rua, são pessoas que estão em

comunidades totalmente distanciadas do centro, enfim, essas pessoas dificilmente têm acesso, como falou a Daniela, não se veem como fazedores de cultura em primeira instância e dificilmente têm acesso às verbas públicas. O que eu chamo atenção aqui, eu acho que o meu discurso com vocês é outro, porque a situação de Porto Alegre é totalmente diferente da situação do Estado, a situação do Estado é uma vergonha, o Estado não fez nenhuma oitiva, ele fez uma audiência pública virtual de uma manhã, não compareceu na audiência que foi realizada pela comissão aqui das meninas, faz mais de um mês que realizou essa audiência, sequer publicou o resultado dessa audiência e publicou um formulário *on-line* que era absolutamente inacessível para as pessoas essas que eu mencionei, porque o vocabulário que ele utilizava era muito, muito técnico. Então a pessoa que ia responder aquilo ali que não sabia o que eram as leis de fomento à cultura sequer ia conseguir responder o formulário, isso foi o que o Estado fez e ponto. Aqui a gente tem acompanhado, eu mesma ajudei a Dani a achar uns quilombolas que eu sei que estão fazendo, acho exemplar isso, mas só quero lembrar que a gente tem um acúmulo que deveria ser ressaltado, então tem o Giba Giba, tem o auxílio emergencial que a própria cidade forneceu antes do Giba Giba, que também deve ter um cadastro, eu acho que vocês tinham que começar cruzar isso aí e fazer um *mailing* com esse povo todo, para levar de novo para essas pessoas essa informação, e focar a busca ativa talvez nessas comunidades que são os ribeirinhos, os quilombolas mais distantes e as comunidades indígenas; acho que por aí vai, eu não sei, eu acompanho pessoal dos ciganos e eu acho que não tem ninguém cigano aqui no momento, de circo itinerante tem um.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CONSUELO VALLANDRO BARBO: É importante procurar, por isso que eu digo, mas tem que tem que ir atrás, em princípio, e que eu saiba, eu tenho perguntado, pelo menos as representantes que eu conheço não me fizeram

referência. Tem a Rose Winter e também tem outra, porque são três povos, tem que ir atrás, isso é a busca ativa.

Além disso, aí eu pergunto, já sei que vocês estão encaminhando, sobre os editais facilitados com acessibilidade para essas pessoas; a lei tem uma coisa muito legal, e a gente fez no Estado, na Aldir Blanc, que foi um edital que permitia a inscrição por vídeo ou por telefone. Eu acho que isso é bem bacana. Outra coisa, já foi citado aqui mas é legal também falar: levar centros de inscrições aos bairros, às comunidades periféricas, para as pessoas que não têm condições de chegar até um local, não tem internet, não tem dinheiro para pagar, lembrando que é sempre legal botar uma divulgação nas rádios comunitárias, porque elas funcionam para espalhar a notícia, e ainda vou dizer mais, porque o circo itinerante funciona com isso até hoje, a contratação de carro de som ou moto de som, que fica passando lá no bairro e dizendo: “Você que faz isso, faz aquilo, é artesão, não sei o que, venha se inscrever aqui”, eu acho que isso já ajudaria.

Vou levantar um questionamento: dada essa realidade, a gente, com certeza, vai superar o valor que a gente tem, isso é um fato, todo mundo já sabe disso, até já ouvimos nas oitavas que foram realizadas, principalmente para quem não é do audiovisual, é pequeno, então eu sugiro, já levanto a bola para essa discussão, que a gente repita a restrição que o Giba Giba fez, que é não ter carteira assinada, não ter nenhuma fonte de renda, não ser pensionista, etc. Por quê? Porque se a gente for pensar em todo mundo que está em Porto Alegre e não der conta, pelo menos que a gente chegue nos que não vivem sem esse valor, nos que estão precisando para pagar a sua alimentação. Eu digo isso com muita firmeza de propósito, porque essa lei é emergencial, ela não é para todo mundo. Logo em seguida – talvez não tão logo –, vai vir a Aldir Blanc, e aí, sim, é uma lei que é feita para estruturar mais a cultura, fomentar, ela vai ser baseada nas conclusões de discussão que a gente chegar na Conferência de Cultura, então eu acho que se a gente fosse pensar, essa lei é para ser o mais pulverizada possível, o mais acessível possível e voltada para essas pessoas, e deixa a Aldir Blanc para uma coisa mais estruturante – eu sugeriria isso. Aí eu vou colocar algumas coisas que eu acho que são importantes que eu sugeri também para o

Estado, enquanto conselho. Sei que vão fazer, mas é importante que tenhamos pareceristas especializados, a gente tem falado bastante nisso. Que a gente tenha, então, uma página – ajuda muito – de transparência da Prefeitura, com os dados, com tira-dúvidas, perguntas frequentes, etc., todos os editais ali, enfim, uma fonte de informações, onde as pessoas possam ir e ficar acompanhando tudo que está acontecendo, inclusive as escutas que já foram realizadas, expor os resultados, porque vocês fizeram, mas a gente não ficou sabendo: teve alguma sugestão? Foi feita a ata, alguma coisa? Que seja, pelo menos, para gente saber, por exemplo: dia tal teve reunião com o pessoal do teatro, eles decidiram isso; dia tal teve reunião com carnaval, eles sugeriram tal. Isso seria para a gente ter registrado e saber: “Bom, o pessoal do carnaval está pensando assim, mas o pessoal do teatro está pensando assado” – isso eu acho importante. Depois disso, uma pergunta que no Estado a gente sugere sempre, e aí até a polêmica toda, mas, assim, sobre a descentralização: vai haver cotas por região? Essa é uma pergunta que é polêmica, que aí entra esta questão: a gente está pensando no fazedor ou no fazedor periférico, ou a gente quer que todo mundo tenha o mínimo e atinja todos os bairros, inclusive o Moinhos de Vento? Porque essa acusação que está vindo para o CEC é assim: vocês são o nosso Moinhos de Vento, não sei se vocês se deram conta disso, mas são. Eu sei que o acúmulo populacional é aqui, mas é isto: é onde mais tem, onde tem mais estrutura, etc. Então é uma coisa para se pensar.

Depois, uma pergunta que também para mim é muito importante, que eu sei que é difícil, mas é importante se pensar: o cuidado com o sombreamento do que vai ser feito no Estado, isso está sendo pensado? Porque, daqui a pouco, as mesmas pessoas que ganham no Estado vão ganhar aqui, ou vice-versa, o que ganham aqui vão ganhar no Estado. Então, como cuidar? Não sei se tem algum contato com a Sedac, mas deveria haver. Bom, é isso. Acho que a gente sabe que 18 áreas são R\$ 3,2 milhões, dá menos de R\$ 180 mil, na verdade, mas é isso.

Então que a gente pense dentro desse escopo de o que dá para fazer para distribuir a maior quantia de renda, que eu sei que também o pessoal é pouco,

até o Miguel já tinha me dito: “Gente, não tem condições de fazer como foi feito durante a pandemia”. Por que não tem condições de fazer? Isso é importante falar, eu também entendo que o gestor, hoje, não está parado em casa. Não tem ali um funcionário que está 100% dedicado, Porto Alegre tem centenas de coisas acontecendo, o funcionário tem que fazer tudo aquilo e ainda executar a lei. Então essa matemática de ver até aonde vocês conseguem diminuir o valor para distribuir o máximo, eu acho que deveria ser pensada sim, para a gente não esquecer do escopo da Paulo Gustavo, como eu falei, que é isto: é emergencial, é para quem está precisando, é para quem está passando fome, para quem não tem dinheiro, às vezes, nem para pagar a passagem para vir aqui e precisa. Então, se a gente conseguir pensar nisso, agradeço, mas já parabenizo a disposição, a boa vontade. Faço só este apontamento: a lei obriga a oitiva antes do edital, então que seja feita uma escuta pública depois que vocês pensarem tudo isso dentro desta comissão. Eu acho que a comissão, na Aldir Blanc de Porto Alegre, foi exemplar, não sei se alguém aqui tem alguma reclamação, mas eu acho que foi uma maneira que Porto Alegre achou, que foi fantástica, louvável e deve ser realmente repetida, porque deu certo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CONSUELO VALLANDRO BARBO: Perfeito. Veio de uma demanda nossa, a gente fez a mesma demanda no Estado, em Porto Alegre, o Estado não nos deu as horas, mas Porto Alegre ouviu, fez e foi muito bem-sucedido nisso. Então só tenho que dar os parabéns por essa trajetória e esperar que se mantenha esse nível aí. Obrigada, gente.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Eu agradeço a Sra. Consuelo, obrigado. Pergunto, da cidadania presente aqui, quem gostaria de usar a palavra, além do Hamilton? Então, Hamilton pode pegar o microfone, alguém alcança para ele, por gentileza, esse móvel.

SR. HAMILTON GARCIA LEITE: Sou artista de rua, da Oigalê Cooperativa de Artistas Teatrais, como a Mari já falou também, dos artistas de rua pela democracia, conselheiro não mais municipal de cultura, saí há pouco tempo; colegiado setorial de teatro do estado do Rio Grande do Sul; Rede Brasileira de Teatro de Rua, que nós temos representação em todos os estados do Brasil. Eu acho o que a Consuelo falou é uma coisa muito importante, e é isso que eu queria frisar. Até nem vou pedir para levantar a mão aqui: quem tem salário e quem não tem? Quem vive de arte e cultura? Que é um cara do circo, que é um cara que está na rua e não tem um salário por mês. Essa lei é emergencial. E eu vou mais adiante, desculpe Consuelo, não divergindo de ti, mas, sim, acrescentando, a LAB também é emergencial. Eu acho que nós teríamos que ter uma lei durante dois anos, essas leis deveriam ser emergenciais. Eu não posso competir com professor universitário, que ganha R\$ 20 mil. Imagina a pessoa da periferia, entende? Só um pouquinho, quem tem salário por mês ou, no mínimo, proponente, nós temos que ter um critério mínimo, o proponente do projeto não pode ter salário, nós temos que ter essa realidade. Eu faço cultura porque eu tenho um salário já de R\$ 20 mil e faço cultura. Ok, tudo bem, mas quem faz cultura, arte e vive disso, como a escola de samba, quantas pessoas estão lá que não tem um salário? Como o cara da capoeira, talvez, dar aulas e assim informalmente, como o Hamilton que faz o carreto com a Kombi, para sobreviver na pandemia. A gente tem que ter esse olhar. Esse olhar é extremamente importante. A gente falou sobre isso, Dani, na nas artes cênicas, e eu acho que esse olhar é extremamente importante. E a gente vai precisar, no mínimo, de um, dois anos que as leis, tanto a Paulo Gustavo quanto a LAB, sejam especificamente para quem não tem salário, porque é destruturante. Este ano a gente conseguiu sair com 20 espetáculo, isso não acontecia há cinco anos. A gente fazia 110 espetáculos por ano. Então tu imaginas o terror que é isso. Nós gerávamos diretamente 10 empregos, hoje, nós não geramos emprego nenhum. Hoje, nós pagamos as pessoas que trabalham, obviamente, mas de forma não contínua, pontual, então isso tem que ser levado, isso tem que ser sincero, isso tem que ser uma pauta importante. E R\$ 189 mil, gente, desculpa, dá vergonha

até de quem vai gerir isso e dá vergonha de quem vai ganhar isso, porque tu vais ganhar... Eu abro mão até, porque eu sei que tem pessoas que estão precisando muito mais do que eu. E me dá uma vergonha, nesse sentido, por isso que eu falo assim: quando a LAB chegar, é importante também que essa priorização seja levada a sério, é muito sério o que a gente está falando. A gente está falando que vai chegar um montante enorme de dinheiro, mas ele não é enorme, pela repercussão que a pandemia teve. Eu volto a dizer assim: dá vergonha de dizer como é que a Prefeitura vai gerir R\$ 189 mil para as artes cênicas? É vergonhoso! É ridículo! Tu vais perder mais tempo e para quem que eu vou dar isso? Aí eu vou fazer um projeto grande que tem 50 artistas que trabalham lá, não! Tem que fazer isso que a Consuelo falou, tem que ver pelo auxílio emergencial Giba Giba e tem que ver pelo critério de quem está mais precisando hoje. Nós precisamos ter critérios claros, e nós temos que ter claro isto: quem ganha salário... Nós estamos em emergência. “Ah, acabou a pandemia, a cultura voltou” – não é assim, não é, gente? Os grandes artistas do Brasil e do Rio Grande do Sul estão fazendo espetáculos de 40 anos atrás. Nada contra; tudo bem. Mas para tu produzires um novo espetáculo, tu precisas de dinheiro. Então, quer dizer... E nós não estamos falando nem de produzir um novo espetáculo, que era outra discussão do outro dia, da LIC, que não sei o quê. Nós estamos falando de sobrevivência, nós estamos falando de voltar à vida, nós estamos falando de dignidade. Eu acho que é isso que é importante. E aí, sim, a gente não está contra; a gente está junto. A gente tem emoção de falar isso, porque a gente vê um monte de gente que faz cultura passando fome. E a gente não pode dar nenhum centavo para um professor universitário, para uma pessoa que trabalha, que é da caixa federal, que faz outra coisa. (Palmas.)

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, Hamilton. O Fábio está com a palavra.

SR. FÁBIO CASTILHOS: Boa tarde. Sou Fábio Castilhos, da executiva da Imperadores do Samba. Eu ouvi muito a palavra descentralização e acho que é

extremamente importante a gente poder pensar no aspecto de como essa descentralização pode acontecer, e vai acabar acontecendo, a partir de todos os debates e de todas as formas, sob também outras perspectivas, que, aí levantando as nossas bandeiras, nos interessam. O carnaval de Porto Alegre já é descentralizado. O carnaval de Porto Alegre, e aí a nossa bandeira não atinge apenas uma, duas escolas de samba, três regiões da cidade de Porto Alegre, nós temos toda região metropolitana desfilando. E eu gostei muito do que o colega comentou sobre o fato de termos grandes artistas que fazem os seus espetáculos de 40 anos atrás. É interessante porque, por mais que se fale sobre a periferização do carnaval, é justamente o carnaval que movimenta a cultura de forma descentralizada, ano após ano. Escolas de samba, desde junho, maio, estão apresentando como é que vão ser os seus espetáculos lá em fevereiro. Vocês querem coisa mais organizada do que uma escola de samba? Vocês querem coisa mais organizada e mais descentralizada e, por assim dizer, mais plural do que a própria escola de samba, que, sim, pode trabalhar com audiovisual? Mas, além, é claro, estou aqui com o Matheus, do Padedê do Samba, que trabalha com dança, com música, audiovisual, *design*, trabalha com percussão, trabalha com voz, trabalha com tudo. E todas essas formas de arte vão acabar acontecendo não apenas uma única vez, mas ao longo dos meses, de pelo menos maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, e eu perdi as contas porque eu fiz Letras. Então, aí eu acho que é bem interessante haver, sim, essa descentralização, esse debate, essa discussão, mas, é claro, e sim, vamos valorizar quem mais precisa. Por quê? Porque a partir do momento em que uma escola de samba abre as suas portas, ela nunca mais fecha, nenhuma escola de samba fechou as suas portas, mesmo durante a pandemia. Mesmo durante a pandemia, as escolas de samba estavam abertas para fazer campanha do agasalho, estavam abertas para fazer campanha de alimentos, estavam abertas para fazer *lives* dentro das casas de qualquer pessoa, para poder orientar, e aqui está de novo, vou repetir o meu colega Gustavo, a gente dando aula, dentro de escola de samba, para o Enem! É ou não? É bonito! A gente dando aula para o Enem, dentro de uma escola de

samba; a gente dando aula de carnaval, de samba, de história, dentro de uma escola de samba, e, sim, tudo isso vinculado às questões artísticas. Então, a partir do momento em que a gente debate sobre a valorização, sim, das nossas correntes culturais, vou levantar, sim, a nossa bandeira do carnaval, porque a partir do momento em que nós estamos abrindo as portas de um barracão de escola de samba, nós estamos dando a oportunidade, nós estamos gerando emprego para marceneiros, para serralheiros. Nós, dentro de uma escola de samba, estamos dando oportunidade, dignidade e cidadania para aquele que vai ser o nosso caseiro, e ele vai fazer parte da nossa família no meio daquele vendaval que aconteceu há umas duas semanas. A gente estava preocupado, sim, e eu sou professor, a gente estava preocupado com os nossos alunos, lá na nossa escola, mas a gente também estava preocupado com a nossa casa ali na Restinga, na Padre Cacique, no Humaitá, no Navegantes. A gente estava preocupado em como é que a gente vai pagar as nossas contas? Como é que a gente vai pagar a luz, a água? Como é que a gente vai atender e cumprir com os nossos compromissos, mensalmente? A Lei Paulo Gustavo vai ser emergencial? Vai, mas a gente já está com a corda no pescoço já há tantos anos. A palavra emergência faz parte do nosso cotidiano, a palavra emergência já faz parte da nossa rotina. Nesse sentido, sim, eu acredito que precisamos trabalhar com essa descentralização, mas também precisamos visualizar não necessariamente uma ou duas áreas, mas cada uma dessas instituições que, ao longo de tantos anos, vêm contribuindo pela permanência da cidadania, das periferias de todas as cidades. Estamos falando daqui da nossa regional, da nossa Porto Alegre e de todas as escolas de samba de Porto Alegre, que a gente busca atender, na personalidade, na presença das ligas e da Secretaria de Cultura. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Muito obrigado. A Elenira está com a palavra.

SRA. ELENIRA LOPES: Boa tarde a todas, todos e todes. Meu nome é Elenira Lopes, sou assessora do Ver. Giovani Culau, também represento a bancada do

PCdoB nesta Casa, também sou secretária executiva do presidente Kaxitu Campos, na Federação Nacional das Escolas de Samba, e eu, neste momento, só quero dizer que eu estou à disposição de todos vocês, inclusive para todos os trabalhos dessa Secretaria, já me coloco sempre à disposição do secretário Clóvis, em qualquer horário, sábado, domingo estou à disposição de todas e todos para a gente construir essa Lei Paulo Gustavo na cidade de Porto Alegre. Estou afastada da cidade há algum tempo, mas sempre quando a gente volta para o nosso lugar, a gente toma o que é nosso para a gente de volta e a gente está sempre pronto para a luta. Fábio, eu queria te dizer que o carnaval foi o último a descobrir que ele era o dono de tudo. Quando a gente descobriu que a gente estava em todos os lugares, só tem carnaval aqui, então vai ser difícil nos tirar dessa disputa de leis. Obrigada.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Muito obrigado. Ariel está com a palavra.

SRA. ARIEL LEXISTÃO SILVEIRA: Boa tarde. O meu nome é Ariel, eu faço parte da cultura *hip-hop*, então eu venho aqui no nome da cultura do *hip-hop* também. Eu sou de Rio Grande, moro aqui em Porto Alegre faz pouco tempo. Sobre a Lei Aldir Blanc, para mim tudo é muito novo, tudo é muito estranho, tudo é muito burocrático. Eu falo como as pessoas que fazem arte na rua e elas não têm um centro onde possam estar. Então, onde tem gente querendo fazer arte, a gente está fazendo. Eu me sinto meio perdida em vários momentos, eu posso ver vários vídeos por várias vezes e eu me sinto perdida. E eu acho que essa questão dessa descentralização é exatamente isso, por mais que que a gente escute, que a gente tente, que a gente venha aqui, a gente se sente deslocada, a gente se sente sem voz para poder estar nesses espaços. E a questão da emergência, há emergência também de a gente ser ouvida, da gente também se sentir parte, de ser merecedor de ganhar e de se sentir artista. Eu não gosto nem da palavra artista na verdade, porque eu gosto é de me comunicar com as pessoas e de me expressar, eu acho que principalmente isso. Sei lá, eu só queria trazer um ponto, assim, de que os meus amigos, os meus colegas de trabalho

também, eu não tenho uma renda, a minha renda é arte, então tudo que eu for fazer de arte e eu for remunerada é esse o meu trabalho. Agora eu estou como coordenadora do Fórum Permanente de *hip-hop*, eu sou grafiteira, dançarina, MC de batalha, e, eu falo em nome de todas essas pessoas, é difícil, gente. É difícil para caramba! Então, acho que quanto mais inclusivo for e mais simplificado para a gente entender como isso funciona, vai ser descentralizado realmente. Obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Muito obrigado. A Sra. Kelly Ramos, da União das Entidades Carnavalescas do Grupo de Acesso de Porto Alegre, UECGAPA, está com a palavra.

SRA. KELLY RAMOS: Boa tarde a todos, boa tarde, Jonas, obrigada pela oportunidade de estarmos mais uma vez aqui. Cumprimentando as presidentas do conselho, cumprimento a todos. Então, acho que o Fábio foi muito feliz em suas palavras, quando a gente fala na questão carnaval, e acho que a gente precisa fazer um grande debate, secretário Clóvis, na questão das divisões. Não querendo excluir nenhuma área ou diminuir nenhum segmento, acho que não é isso, acho que a gente tem três segmentos na cidade que, claro, o carnaval, o tradicionalismo e o *hip-hop*, eles estão dentro das periferias. Esses três segmentos trabalham dentro das periferias, são oriundos dos povos negros dentro das periferias, que estão trabalhando direto, durante a pandemia, fora da pandemia, a gente está direto dentro das comunidades. E esses três segmentos, por incrível que pareça, eles vivem sem recursos. Falando especificamente do carnaval, a gente está, desde 2017, sangrando – sangrando –, o carnaval vem sangrando, cortando na pele. A gente vem fazendo carnaval, como eu disse semana passada, porque a gente é resistente, a gente vem resistindo ano após ano. Este ano, a gente teve, sim, o aporte da Prefeitura? Teve, um grande aporte na estrutura. Qual é a escola de samba que vive de estrutura de carnaval? Qual é escola de samba que bota carnaval na rua com arquibancada? Nenhuma. A gente não tem como manter os nossos artistas. O Matheus é profissional do

carnaval, ele recebe alguma coisa para dançar, Matheus? Não tem como a escola de samba bancar o Matheus, dar um cachê para o Matheus, porque a gente não tem, porque a gente recebe... e a gente recebeu, o grupo prata R\$ 84 mil; o grupo ouro, R\$ 140 mil, que não vem da Prefeitura. Uma parte veio, sim, a outra, a gente estava com pires na mão aqui nesta Casa, pedindo esmola para todos os vereadores. A cada um, a gente dizia: “Me dá uma moedinha aí, que a gente precisa fazer carnaval”. Essa foi a nossa realidade, e, mais uma vez, e, por muitas vezes, os fazedores de cultura do carnaval ficam sem o recurso, porque não tem, porque com R\$ 80 mil ninguém bota carnaval na rua, com R\$ 140 mil ninguém bota carnaval na rua, porque a Prefeitura bota a estrutura e quer espetáculo, mas ninguém faz espetáculo com R\$ 140 mil, não faz – não faz! O carnaval por si próprio, e não só o carnaval, o carnaval, o tradicionalismo e o *hip-hop* movimentam a maior economia da nossa cidade quando a gente tem o Rap in Cena, quando tem o Acampamento Farroupilha, quando tem evento carnaval. A maior economia da cidade se movimenta através de nós. E nós somos mais invisíveis dentro da cultura, essa é a nossa realidade quando a gente é invisível dentro de uma LIC municipal, e, agora, até na própria questão da Lei Paulo Gustavo. Eu acho impossível a gente conseguir dividir, como já corre aos corredores, não é nada oficial, mas a gente já viu, já ouviu a questão da divisão dos valores de R\$ 180 mil por segmento. Desculpa, é inadmissível, não concordo. Eu não quero diminuir os outros, mas não tem como, não tem como, pelo número de pessoas que o carnaval, o tradicionalismo, o *hip-hop* representam, não tem como. Não tem como a gente dividir, não tem, isso aí é uma matemática com que a gente não vai alcançar os fazedores de cultura. Então, acho que a gente tem que abrir um debate, e a gente tem que ver a melhor forma de a gente conseguir ter essa divisão, de a gente conseguir alcançar de fato a todos, a descentralização. Hoje as escolas de samba são todas oriundas de periferia, eu acho com exceção a duas escolas, que é a Imperadores do Samba e a Praiana, que ficam numa área mais centralizada, todas as outras estão dentro de vilas – dentro de vilas. Na Maria da Conceição, nós temos duas; na Lomba do Pinheiro, nós temos quatro; na Restinga, nós temos duas e assim

vai indo, Ruben Berta, Zona Norte. Então, a gente precisa ter esse olhar, aonde a gente quer alcançar e descentralizar a escola de samba, está descentralizada. E mesmo as duas que nós temos que ficam numa área central, ela atende todo um povo de periferia, porque elas são as quadras de passagem, porque elas atendem todas as comunidades que passam, as pessoas passam por essas quadras. Tanto que as nossas maiores arrecadações em relação a quando a gente vai fazer uma ação em prol das comunidades é lá na Imperadores do Samba, porque ela é a quadra de passagem, é a quadra que talvez consiga fazer o maior número de ações, porque todos passam por ali, entregam um donativo, uma campanha de agasalho, um alimento para que faça a entrega. Então, acho que é isso que a gente tem que ter, a gente tem que ter esse olhar, quem de fato está alcançando a ponta, porque também não adianta a gente colocar todo mundo ali: “Vamos alcançar os fazedores de cultura”, mas onde eles estão fazendo cultura? Porque a gente também sabe que é uma realidade que todo mundo hoje abriu um MEI – todo mundo abriu um MEI –, mas esses Meis todos estão fazendo cultura de fato? Porque a gente tem profissionais dentro dos nossos barracões, como já disse o Fábio aqui, que talvez não tenham Meis, e tem muita gente que trabalha com a gente que não tem Mei. Nós temos muitas costureiras dentro das vilas que não tem Mei. A gente precisa também enxergar essas pessoas, e eu acho que aí vem o papel nosso como instituição, como escola de samba também mostrar isso. Então, a gente precisa ter essa discussão. E esses editais, eu acho que antes de irem para rua, porque está em cima da hora, a gente precisa ter essa discussão muito clara com quem vai estar na ponta, com quem vai estar auxiliando a ponta e para que a gente possa levar esse nosso povo para dentro dos projetos, para dentro da lei. Acho que isso precisa, é fundamental a discussão, ela não pode mais vir de cima para baixo, e nós não vamos mais permitir discussão de cima para baixo, nós vamos fazer enfrentamento. E hoje nós estamos aqui justamente para isso, o povo do carnaval veio sim, a presidente ainda disse assim: “Kelly, eu acho que não vai vir ninguém”, e eu disse: “Não, o pessoal do carnaval vai vir sim”. O pessoal do carnaval vai vir, porque a gente não está mais disposto a aceitar calado. Assim

como a gente também vai ir para cima do governo do Estado, que também tem que cumprir o papel junto ao carnaval. A gente precisa buscar essa contribuição do governo do Estado, esse papel ele tem que desenvolver, é obrigação do governo do Estado estar trabalhando junto com carnaval, assim como o da Prefeitura. Desculpa, secretário Clóvis, que é carnavalesco e conheço teu pensamento, só que aqui, como gestor da Secretaria de Cultura, vou ter que abranger a todos da cultura. A cultura não pode mais pensar que ter um bom carnaval é botar uma megaestrutura na avenida, isso não é um bom carnaval. Pergunto para qualquer um dos presidentes ou carnavalescos aqui, a gente prefere que tenha uma cordinha lá e que a gente tenha dinheiro investido. Vamos fazer carnaval aberto ao público, vamos botar dinheiro, vamos investir os R\$ 5 milhões em estrutura nas escolas de samba e vamos botar uma corda lá. O Porto Seco é nosso, vamos abrir para todo mundo entrar, todo mundo olha através da cordinha. A gente não precisa de megapalanque lá para fazer carnaval, a gente precisa de dinheiro nas escolas de samba para que as pessoas do segmento do Matheus, que os mestres-salas e porta-bandeiras, porta-estandartes, possam estar recebendo das nossas escolas. A gente não paga não é porque a gente não quer, a gente não paga porque a gente não tem. É muito bonito quando sai nas mídias, e é o que sai, que ela está investindo R\$ 6 milhões no carnaval. Não! A Prefeitura investiu R\$ 1 milhão no carnaval, gente! Essa é a realidade, investi em estrutura. Estrutura não chegou em nenhum de vocês, não chegou em nenhum de nós. A gente usou a estrutura, o público usou, mas não chegou em nós, nas escolas de samba não chegou. Este ano, a gente tem uma dificuldade, baixou R\$ 1 milhão do nosso cachê, do nosso cachê, do edital, nós vamos receber R\$ 1 milhão a menos. E aí a Câmara de Vereadores, Jonas, vai colocar todo o seu recurso para nós das emendas impositivas? E como é que ficará isso? A gente sabe que o vereador não pode chegar aqui, eu até estou fazendo uma brincadeira, mas o vereador não pode chegar aqui e colocar toda a emenda dele somente no carnaval. A gente sabe que é isso, o vereador tem várias áreas para atender também, para ajudar também. Então, a gente tem que começar a pensar na política de fato do carnaval. Cadê o recurso para o carnaval? Cadê o recurso

para os fazedores de cultura do carnaval? Como é que vai ser a questão da periferia? Onde é que nós vamos nos encaixar na periferia de fato, que é quem está fazendo e quem mais necessita? Porque, com certeza, o Ruben Berta, a Restinga, a Maria da Conceição, a Lomba do Pinheiro, o próprio Sarandi, tem diversas comunidades aqui que precisam muito desse recurso, e esse recurso tem que chegar lá. Obrigada.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigada, Kelly. O Sr. Cléber Tavares, da União das Escolas de Samba de Porto Alegre – UESPA, está com a palavra.

SR. CLÉBER TAVARES: Boa tarde, em primeiro lugar, vereador, agradeço esta oportunidade, por propor este debate; saúdo a todos da Mesa e saúdo o pessoal aqui de todas as artes, em particular, o pessoal do carnaval, os presidentes, desfilantes e amigos. Para evitar repetição, a UESPA assina embaixo de tudo que a presidente Kelly Ramos, da UECGAPA, falou – é o mesmo pensamento, pensamento comum de todas as escolas de samba. Então, nós temos algumas constatações que foram faladas aqui, que foi falado até pela Dani sobre as estruturas das secretarias municipais de cultura, que não têm pessoas para trabalhar, e isso acaba afetando diretamente os destinatários dos editais, mas nós não podemos, até aproveitando o que a Mari falou, que é o item que reflete exatamente isso, que 65 % dos municípios não apresentaram. Até porque eu represento escolas da Região Metropolitana e tem municípios que tem lá uma Secretaria de Cultura, com o secretário, 5 ou 6 CCs, só para justificar. E isso vem de uma herança maldita de governos onde o existia o MEC – Ministério da Educação e Cultura, que até 30 anos atrás era uma coisa só, não se enviam as duas necessidades básicas do ser humano, educação e cultura, tanto que MinC tem 20 anos acredito. Isso reflete esse indicador. E aqui eu quero parabenizar, apesar de ter alguns questionamentos, a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, que está sendo até modelo pelo que foi falado aqui, parabenizar por já ter feito seu plano de ação, já ter feito essas oitivas. Para deixar assim, como prático, como disse a Dani, nós acreditamos que o espaço de escuta não

deve ser encerrado ainda, secretário, nós gostaríamos muito que toda essa solicitação que vem do meio carnavalesco, que foi bem colocado pela presidente Kelly, nos seja possibilitado ainda mais um espaço de solicitação dessa divisão. Colocando também por último a fala de que é uma lei emergencial, e nós acreditamos nisso e sabemos disso com certeza, entretanto a escola de samba é uma organização macro na área de cultura. Como disse o Fábio, temos artistas de audiovisuais, de artes plásticas, de dança, e aí nós temos também pessoas que têm suas profissões, mas temos pessoas que não têm profissão. Então, no momento em que pensarmos o edital, no olhar e no olhar prático, um edital para uma escola de samba contratar pessoas que tenha limitadores técnicos e práticos, tipo não ter carteira assinada, nos causa um pouco de necessidade, não é que seja impossível, mas, nessas escutas a serem feitas ainda, nós estabelecemos como seria esse controle, para que a gente não faça injustiças, não atendam pessoas que não mereçam e deixe de atender quem realmente merece. Mas eu tenho certeza que, pela democracia instaurada na Secretaria Municipal de Cultura e corroborada pelos conselhos, nós vamos conversar ainda sobre isso para trazermos essas necessidades, para que a gente consiga encontrar um melhor caminho para que todo mundo que realmente mereça tenha esse acesso. Por enquanto, é isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, Cléber. Vou passar para Rozane, que tem uma proposta de encaminhamento e depois também passo para o secretário, que também tem algumas informações para dar, e também para encaminhamentos. Se mais alguém quiser propor, a gente vai encaminhar para finalização do nosso encontro.

SRA. ROZANE MARIA DAL SASSO: Eu acho que a gente ouviu nessa tarde todos e todas aqui, com sugestões propostas, análises, e a história dessa Lei Paulo Gustavo, que merece realmente chegar na ponta, chegar nos que mais precisam. Inclusive essa fala do Hamilton, que emociona a todos nós aqui, dizer

que realmente nós precisamos pensar em como chegar àqueles que, emergencialmente, precisam de socorro. Eu acho que essa é a tônica.

Mas eu queria colocar aqui algumas sugestões de alguns encaminhamentos que talvez sejam possíveis de serem feitos. Porto Alegre faz parte... não sei como se chama...

SR. CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA: Granpal, eu sou o representante.

SRA. ROZANE MARIA DAL SASSO: Granpal, da Grande Porto Alegre. Então, é contigo que eu estou falando, secretário Clóvis. Eu gostaria que você falasse com todos os secretários da Região Metropolitana e prefeitos, mandasse uma carta, um *e-mail*, um grupo de WhatsApp, o que fosse, solicitando que esses municípios façam seu plano de ação, encaminhe o plano de ação de Porto Alegre, por exemplo, e fazer esse aporte, exercer essa liderança de Porto Alegre, na Grande Porto Alegre, para que todos os municípios da região possam fazer o seu plano de ação até o dia 11 de julho. Veja que é um desafio. Já nem é um encaminhamento. É um pedido também, porque é isso que a gente precisa.

A outra questão, Jonas Reis, é para a Câmara de Vereadores e, se possível, para a Comissão de Educação, Cultura e Juventude desta Casa, que possa também encaminhar uma carta, um formato de *e-mail* para as câmaras de vereadores do Estado do Rio Grande do Sul. Eu tenho até o *mailing* de câmaras de vereadores. Então, estamos à disposição. Mas é superimportante que a Câmara de Vereadores da capital e a Secretaria de Cultura da capital exerçam esse papel de poder influenciar, de motivar, de incentivar as demais câmaras de vereadores, seus presidentes, para também contribuírem nesse plano de ação, ou na adesão à Lei Paulo Gustavo. Eu acho que seriam dois encaminhamentos superimportantes se a gente pudesse contar com vocês. E um pedido, também para o secretário Clóvis, que leve ao prefeito municipal uma solicitação de incremento, de aporte para a Lei Paulo Gustavo, para as multilinguagens, já que o recurso vai ficar um pouco pequeno com a questão das 18 áreas. A gente já tem conhecimento de outras capitais que estão fazendo isso, outros estados,

então que leve esse pedido. É um pedido que a comunidade cultural aqui certamente vai aprovar. Acho que era isso. Obrigada.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, Sra. Rozane, presidente do Conselho Municipal de Cultura. Já respondendo, destaco que vamos encaminhar à Mesa Diretora essa proposta que a senhora faz, para que a gente encaminhe um *e-mail* trazendo informações para as câmaras municipais. Realmente muitos vereadores do interior entram em contato conosco solicitando informações dos projetos que estão em tramitação aqui, tem uma relação, acho que cada mandato tem também individualmente, os partidos. Acho que institucionalmente é importante com certeza, a Mesa Diretora tem uma diversidade bem legal, acho que vão entender que é importante colaborar nesse debate. A gente sabe que, como sendo capital, tem uma quantidade enorme de habitantes, então se produz muito mais, porque tem muito mais relações sociais acontecendo simultaneamente, então acaba tendo informações, às vezes, privilegiadas dos ministérios, até porque os deputados geralmente circulam muito por aqui, os estaduais têm residência aqui, os federais também circulam bastante, acho que todos têm uma relação forte com a Região Metropolitana. Só para responder a Kelly, destacar uma informação, nosso mandato, Jonas Reis, nós fizemos emenda específica à Lei de Diretrizes Orçamentárias para ter uma prescrição orçamentária para o carnaval e escolas e blocos; infelizmente foi rejeitada pelo governo, que orientou a CEFOR a rejeitar a nossa emenda. Veja bem, essa é uma análise que nós não podemos deixar de fazer, porque não chega a 1% do orçamento para cultura nesta cidade. Então isso é entristecedor, porque se fala muito em fomento, por exemplo, o carnaval já chegou a ter muitos milhões à disposição e mesmo assim aquém do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, que entendem o valor da cultura, que é fundamental. Acho que isso que a Mari trouxe, a gente precisa convencer e sensibilizar algumas pessoas. Aqui não é para ti, Clóvis, mas é para pessoas que atuam na política e não entendem a importância da cultura ainda, como gera emprego. Eu fico aqui realmente impactado com a quantidade de bilhões, só de carteira assinada, e a gente sabe

que a cultura é bastante produzida de forma informal, então, eu acho que tem pessoas que não estão recebendo informações. Eu acho que eles têm que receber essa informação e, talvez, isso mudará. Inclusive das emendas impositivas aqui da Casa, a maioria dos vereadores não manda emenda para a cultura, tampouco para o carnaval. Teve um grupo pequeno de vereadores que mandou, e, mesmo assim, embora a gente tenha mandado, eu me incluo nesse grupo, nós temos essa dificuldade, Kelly, porque educação e saúde são áreas que a população demanda muito e está talvez mais organizada no processo reivindicatório. Então isso aí também debilita um pouco a capacidade dos produtores, dos fazedores de cultura, porque a sociedade tem ainda um estigma, tem ainda um preconceito com os que produzem, os artistas, enfrentam. Então acho que é uma luta coletiva muito dura; eu sou da área da música e eu sei muito bem a dificuldade que muitos amigos e colegas passam de sobreviver de arte; é uma batalha inglória, eu diria. E aí tu vês, às vezes, políticos, políticas que poderiam né, com gestos realmente em prol da política pública, mudar isso, e às vezes não mudam né. Então acho que aquela tua fala inicial, às vezes a gente tem muito discurso, não é secretário, a gente ouve e precisa de práticas, mas eu acho que nós, coletivamente, aqui na comissão, temos um saldo extremamente positivo nesta tarde, e já passo pra sua pessoa para fazer as considerações finais.

SR. CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA: Agradecer a proponente, a liderança, e por esta tarde que acabou sendo o presidente o Ver. Jonas Reis, e não me canso de reforçar que o debate sempre vai fazer parte da nossa caminhada, da nossa vida. Eu prefiro o debate, como bom democrata convicto que sou, a vida inteira, olho no olho, e que a gente possa aprofundar as coisas. Eu deixo de lado a rede social, porque é muito fácil a gente falar sozinho né, a gente tem que pegar e fazer o confronto; isso é democracia. Mas, respondendo à presidente Rosane, dizer que eu estou na Granpal, e a gente já está fazendo uma força tarefa exercício, inclusive a Dani tem contribuído, o secretário Henry também, tem nova diretora, é complicado, a gente espera que não aconteça, a gente

espera que aconteça o que aconteceu no FAC né, que, da noite pro dia, o que não foi feito uma vida inteira, surgiram 200 municípios com documentação; Oxalá que nos ilumine pra que isso seja realidade. Então nas outras questões nós estamos à disposição, e já passo pro Cleber; Cleber, a questão da escutatória é uma premissa, é um hábito do nosso governo liderado pelo prefeito Sebastião Melo, e na minha caminhada também, a gente nunca abriu mão disso, nunca existiu posição unilateral dentro do governo; a gente vai pro bom debate e depois vai pra votação. Então tem uma tranquilidade, uma clareza nesse processo do exercício da democracia; terão sim outros momentos de escutatória, como preconiza a lei também, para que a gente possa avançar, definir valores. Cada setor tem a sua especificidade, uns são individuais, uns atuam mais, outros estão mais vulneráveis com o tempo, esse estrato não é de ontem, não é de quatro anos, de dois, é de uma história de Brasil que vive uma orfandade em termos de incentivo. Então a gente também tem que pegar e colocar as coisas na mesa, mas está garantido sim, e o povo do carnaval não tem que pensar apenas num edital específico, porque é diminuir a sua importância; tem todos os outros editais; o carnaval, eu diria que é a cultura, que é a arte mais completa que nós temos no País, e de maior capacidade de gestão. Não tem nenhuma empresa do setor privado associativo que tenha tamanha complexidade de lidar com uma adversidade num tempo da entrega de espetáculo cênico do carnaval na avenida. Então isso não é uma metáfora, uma fala minha, mas isso dá pra constatar do ponto de vista antropológico e sociológico, então, no carnaval, podem participar os artistas. E respondendo ao *hip-hop*. O hip-hop, nós temos um termo de permissão de uso, constituímos o espaço do maior museu de *hip-hop* da América Latina, que está lá no Jardim Ipiranga. Há poucos dias nós assinamos o termo de permissão de uso do Cohab é Só Rap lá dentro do Rubem Berta, o bairro mais negro e mais vulnerável da cidade de Porto Alegre. No Açorianos de Música, nós temos uma categoria especial do *hip-hop*, estamos materializando também a lei da semana do *hip-hop* com muitas atividades; o Rap In Cena tem o apoio e a parceria da Prefeitura, e tem uma lei da semana do Rap In Cena que acontece em outubro, e todos os editais que a gente tem dado conta,

o *hip-hop*, o *slam*, o grafite, o próprio embelezamento estético que eu liderei no governo atual, as empenas cegas, não aconteceram por osmose na cidade, que levaram a gente a olhar pra cima em Porto Alegre; ali tem artistas majoritariamente do *hip-hop*. Então tem muita coisa, só pra dizer alguns dos pontos do *hip-hop*. Quando você fala que não tem nada do *hip-hop*, me surpreende né, eu acho que a gente tem que conectar mais as coisas, porque tem muito investimento e tem um olhar especial que nós temos tido pra política do *hip-hop* em todas as nuances, inclusive dos *slam's*, das batalhas, e é uma área que eu domino bastante, que eu vivo isso, e não é com uma experiência apenas de Porto Alegre.

Para encerrar, eu vou pra questão da presidente Kelly. Quando ela fala que o Mateus, que é o mestre-sala, que ele não recebe, eu acredito que nós devemos rever a redação do edital de fomento, porque, no edital de fomento, ele não pode ser um edital de fomento e estar equivocado. Então o que a gente fez, de forma conjunta com a UECGAPA e com a UESPA, que ele dá conta apenas de pagar estrutura para alegoria ou fantasia, tem que estar lá o item específico, agora, quando sair o próximo edital de fomento, pra pagar o artista, pra pagar o destaque, porque é 84 ou é 140 mil, tem que prever lá pra poder garantir dignidade e valorizar o trabalhador que garante o espetáculo. Eu comungo dessa opinião; o mestre-sala, a porta-bandeira, o porta-estandarte, o mestre de bateria, o diretor de carnaval, todos os profissionais. Então a gente tem que começar a redesenhar isso daí, foi um equívoco conjunto, porque o edital foi escrito por todos nós, então nós temos que sanar; o artista tem que receber sim. E dizer também, presidente Kelly, que eu não posso concordar que a gente não fez quase nada, porque, primeiro, o governo liderado pelo Melo, e a minha presença na secretaria, e é uma coisa que eu fico muito triste quando eu acompanho as redes sociais, primeiro, que Porto Alegre, vanguarda da democracia popular precisou de quanto tempo pra ter um preto sambista de secretário? E eu não sou respeitado, porque a maioria das pessoas me atacam. Deve ser por que eu não comungo da mesma ideologia. E, de uma forma vaga, por que que me atacam? Porque se falarem que eu não vou nas escolas de samba, estão faltando com a

verdade; se falarem que eu não atendo, estão faltando com a verdade. Uma coisa é resolver, agora uma coisa que não tem faltado é escuta, escuta e atuação nossa, eu, em particular, faça sol ou faça chuva, a gente procura ouvir, procura ir nas escolas, e não apenas pensar o espetáculo, porque historicamente só se pensava o evento, que ia a subvenção para as ligas ou pra liga ia a subvenção; por um tempo não teve, quando teve foi só subvenção pra liga. Hoje nós desenhamos uma política em que as escolas de samba têm autonomia, porque cada uma delas acessa o recurso. E pouco? É pouco, mas é fomento, não é financiamento. Não tem como financiar, e eu não posso comungar também, presidente Kelly, que a gente só pensa em infraestrutura, nós pensamos no ser humano. Por que nós pensamos no ser humano? Porque nós temos dificuldade, mas tem emenda parlamentar municipal que nunca tinha sido executada pro carnaval, tem emenda federal, que nunca a Secretaria de Cultura recebeu pro carnaval, seja dos deputados federais ou senadores, que estão em curso aí, no Orçamento Participativo também, e é uma atuação muito particular tua, e eu te parableno pelas conquistas, porque eu espero que em outros momentos também, quando se fala que a gente tem que ouvir, a gente também tem que ter o *feedback* do outro lado, das pessoas quererem participar, quererem estar presente, porque não é o horário; eu estou no governo, mas a minha vida inteira eu fui sociedade civil, e existe uma coisa na vida que se chama foco, e a outra priorização. Eu não sou daqueles, não sou parceiro daqueles que vão só fazer o discurso vazio; eu procuro atuar, e quem me conhece sabe, e quando eu digo que eu sou atacado injustamente, quem acompanha as redes sabe disso, porque uma coisa é dizer que a estrutura não funciona, outra coisa é atacar o trabalho individual. O carnaval, mais do que essa questão que a gente fala, da retomada do carnaval, do apoio do poder público, nós temos várias questões pra avançar, como disse a Consuelo aqui, a presidente do conselho estadual. A descentralização, se a gente for distribuir pelo Orçamento Participativo, são 17 regiões; não vai atender o carnaval. Eu acho que a gente tem que ter um outro desenho de descentralização porque assim como tem o Moinhos de Vento e a Cidade Baixa, também tem bairro nobre na Zona Norte, na Zona Sul; a gente

precisa enxergar a geografia da cidade. Eu acho que, quando a gente vive, a gente tem mais propriedade para poder dar conta e encarar o bom debate. E, nessa toada aí de pouco recurso para o carnaval, é verdade, a Câmara contribuiu, mas teve uma decisão da Prefeitura, ou então o carnaval pode ser independente. A questão do Porto Seco mesmo, a gente fez todo o movimento com o carnaval lá no barracão da vila do IPI, que nós iniciamos, eu fico surpreso que nada valeu à pena. Então, assim, eu não comungo desse modelo de democracia em que a gente joga para a torcida, eu vejo que tem muitos avanços – e vou sempre defender os avanços –até porque é a minha história, a minha luta. Tem entrega, sim, que nós podemos comprovar, não só de ações pontuais, mas também de recursos. Hoje são muitas conquistas e eu parablenizo aqueles que doam o seu tempo, que são abnegados para poder contribuir com a cultura popular, mas a gente jamais pode diminuir a importância, ou a luta fazendo terra arrasada. Ali que tem que debater, sim, ali onde estão integradas, eu não comungo – quem me conhece sabe que eu não comungo –, acho que a gente tem que aprofundar antes de caminhar. Já conversei com o secretário Henry, Kelly Ramos, para colocar carnaval ali, assim como também a importância aqui da Paulo Gustavo; o recurso, presidente Rosane, é pouco. Se dá para emendar, a gente tem que ver de que forma, pegar a modelagem, a gente está sempre aberto para o debate, ninguém é o dono da verdade. E que bom que existe uma Paulo Gustavo, que existe uma Aldir Blanc porque nunca este País fez uma política descentralizada, fruto da luta do movimento social e do recurso represado do fundo. Porque eu estava em Brasília quando isso veio para vida e também tive a oportunidade de ser representante do movimento social quando eu não era governo na Aldir Blanc. Então o nosso compromisso, o nosso trabalho não dá para vir qualquer um aqui questionar, dizer que a gente não está na luta, entende? Não é porque eu sou governo, eu estou governo, o governo tem tempo. Que bom que a democracia é assim, que tem dia para iniciar e tem tempo para terminar. Então, nesse aspecto, a gente tem que repensar muita coisa realmente sobre o carnaval dessa política estruturante. Nós agora, dia 3, segunda-feira, estamos assinando o termo de permissão de uso da Fidalgos e Aristocratas.

Estamos num caminho muito lento, é verdade, para outras escolas, mas nós esperamos que num curto tempo todos possam ter a dignidade, que é o documento seu território, a requalificação também sendo parceira. Agora, o poder público faz no seu limite, nós não vamos resolver ou reinventar a roda agora, nós precisamos também de respeito daqueles que fazem carnaval. Nós não vamos pagar conta de tudo até porque primeiro, se mora no Município, mas com a cadê a participação do Estado? Quando se fala em recurso, cadê a participação da União direta, quando se fala em recurso? Porque colocar tudo na conta de quem está fazendo e tudo que acontece o Bamba e o Acadêmicos da Orgia mudaram de espaço, uma era a primeira e outra a quinta, e a culpa é do Clóvis? Eu vi na rede social: Ah, o Clóvis ajudou a escola dele”. Não dá para ser assim, não é esse tipo de democracia que a gente defende, rasa e rasteira, mas enfim estamos à disposição. Eu acho que a gente precisa aprofundar muitas coisas e, Presidente Jonas, que a gente possa ter outros momentos como esse, porque faz parte. Que a Câmara possa nos chamar para gente poder avançar, a gente estava até com saudade depois da pandemia, que a gente acabou participando de muita audiência online. Então é isso aí, vida longa. Obrigado.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Sra. Kelly Ramos está com a palavra.

SRA. KELLY RAMOS: Clóvis, rapidinho aqui, para pedir me desculpas, na verdade, em nome de todo carnaval, de quem te ataca. Mas acho que tem que aparar as arestas aí Clóvis, ninguém ataca a pessoa Clóvis, até porque o Clóvis aqui que eu sei é amigo de todo mundo, almoça com todo mundo, janta com todo mundo. está na quadra de todo mundo, a pessoa Clóvis. O que há, sim, é uma cobrança da secretaria e desculpa, Clóvis, tu és um gestor da secretaria, toda vez que a gente tiver é natural que alguém vá fazer cobrança, isso é natural, é de jogo, tu és gestor, entendeu? Quando a gente olha aqui não é o Clóvis meu amigo que está lá no pagode comigo, aqui e aqui é o Clóvis secretário e aqui eu tenho que te cobrar. Isso não é uma falta de respeito e não é um ataque, eu jamais atacaria a pessoa do Clóvis, até porque a pessoa do Clóvis é meu amigo

particular, então, eu jamais eu vou atacar o Clóvis. Então acho que isso, em nome de todos os presidentes que estão presentes e dos que não estão, eu vou te pedir desculpa, se alguém, em algum momento te atacou pessoalmente. Porque não é a característica de nenhum presidente, tanto da UESPA quanto da UECGAPA, não é característica de nenhum atacar ninguém.

Em relação a recurso Clóvis, eu acho, sim, que avançou muita coisa, mas tem muita coisa que está com morosidade, por exemplo, a gente fala de entrega de TPU do Fidalgos, mas quantos aqui estão esperando entrega de TPU. São 23 escolas dentro de Porto Alegre, tem uma que foi entregue e a segunda que vai ser entregue agora, quer dizer, faltam 21, quando é que vai ser entregue para essas 21? Vão levar quanto tempo mais, se nós já fizemos há três anos de governo? Então, desculpa, tem que ter uma cobrança e a gente está cobrando. A questão do próprio carnaval, como o Ver. Jonas falou agora, cara, desculpa, não dá para gente ficar com pires na mão e brigando todo ano. Eu não quero ficar fazendo enfrentamento contigo, eu quero estar na LOA, eu quero lá, no mínimo, 3 milhões para o carnaval na LOA, gravados 3 milhões para a caixinha de escola de samba, é isso o que eu quero. E aqui o meu papel é esse, eu estou defendendo as escolas, é o que qualquer escola quer; eu não estou atacando o Clóvis, eu estou exigindo um direito que é nosso. O carnaval é lei em Porto Alegre, é lei, nós temos uma lei municipal do carnaval de Porto Alegre, e a gente só quer que seja cumprida a lei. A gente quer recurso, a gente quer estar na LOA. Nós queremos estar na LOA e ter carnaval garantido. Eu não quero mais todo ano estar aqui com pires na mão, pedindo para vereador alguma coisa, eu não quero mais ter que estar com pires na mão, pedindo para deputado alguma coisa; eu não quero isso. Eu quero que a gente seja reconhecida como cultura, quero dinheiro gravado na LOA, é direito de todo carnavalesco. Obrigada. Desculpem-me por eu me estender.

PRESIDENTE JONAS REIS (PT): Obrigado, Kelly, só para emitir uma opinião minha aqui sobre isso. Eu uso as emendas impositivas porque é um recurso que tem, todos vereadores distribuem e eu distribuo também, mas eu sou

profundamente contra emendas impositivas. Eu acho um absurdo a Câmara ter instalado isso, eu acho que vereador não tem que estar distribuindo dinheiro, vereador tem que legislar, fiscalizar o Executivo, fiscalizar serviços públicos da capital. Isso já é um trabalho homérico, vou dizer para vocês que é uma dificuldade enorme ficar produzindo as emendas, ficar discutido. As secretarias ficarem implementando também não é fácil, deveria estar no orçamento, foi aprovada a lei em dezembro, as secretarias vão tudo desenvolver. Eu acho que isso é uma discrepância que o estado brasileiro criou e que vem do Congresso Federal. Vou dizer que tem muito deputado e senador que transforma o Brasil em curral eleitoral, tem gente que tá lá há 40 anos, não sai, não representa, às vezes, o interesse do povo realmente sofrido, mas distribui emenda, dá uma patola para cada município, dá uma caçamba para cada município; às vezes, bota um poste de luz na entrada, num pórtico na entrada do município, mas é o pórtico que o fulano deu, aí vai lá e se perpetua no poder. Eu acho que isso aí tem a ver com essa dificuldade nossa da democracia, e eu entendo que esse teu sentimento de passar comissão pires eu acho que é o sentimento de muitas pessoas que têm vindo à Câmara pedir recurso, várias associações, não é cultura só, são vários espaços. Eu acho que isso nós deveríamos rever no curto, no médio prazo, porque vai criando uma cultura. Depois que tu instalas a cultura, vocês viram a última reforma política que fizeram no Brasil, não acabou com a emenda, pelo contrário, existe uma pressão enorme de vários parlamentares por mexer no orçamento executivo inclusive o pessoal não queria nem a lei Paulo Gustavo. Eles queriam levar o dinheiro para o seu município então, por exemplo, essa lei Paulo Gustavo distribui um dinheiro para todos os municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil e é assim que eu acho que tem que ser. E aí as secretarias fazem o seu edital democrático, eu acho que estamos caminhando bem em Porto Alegre, tivemos um debate muito importante hoje e rico aqui com a presença da secretaria, do secretário adjunto Clóvis, com a Dani.

Agradeço a presença da Kelly e do Cléber aqui também, que representaram, convidamos para a Mesa; Conselho Municipal de Cultura, o Conselho Estadual, o GT da articulação da Mari, os demais parlamentares e vocês todos e todas que

estavam aqui conosco, que acompanharam esse debate. Depois isso tudo vai para as notas taquigráficas, que os servidores produzem, o Cristiano e os demais e fica o registro histórico dos debates, das proposições aqui. E acredito que a gente vai ter, no futuro, cada vez é mais democratização da cultura porque esse é um esforço coletivo, apesar das diferenças que todos temos, são importantes para a democracia para a política agradeço a presença de todas e todos damos por encerrada essa reunião. Na terça feira que vem, voltaremos a nos reunir nessa sala sobre outra temática pra Cidade de Porto Alegre. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h30min.)

TEXTO SEM REVISÃO